REFERENCIAL
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

N.º 51 / ABRIL A JUNHO 98 / ANO 12

EDITORIAL

No passado dia 14 de Maio, celebraram-se no Porto, os 40 anos da memorável jornada que constituiu a passagem de Humberto Delgado naquela cidade, onde praticamente iniciou a sua campanha eleitoral, que abalou a ditadura salazarista e evidenciou quanto estava isolada e era detestada pelos portugueses. Já várias vezes, nas páginas de "O Referencial", temos posto em destaque o que pensamos do papel que o "General sem medo" teve como percursor remoto do 25 de Abril e como a geração dos "capitães de Delgado" veio a aderir por inteiro ao 25 de Abril, porque foram, na realidade, "capitães de Abril *avant la lettre*".

Não é nesse aspecto, sempre importante, que pretendemos pegar hoje.

Na sessão solene das cerimónias, em que estivemos presente juntamente com o presidente da Delegação Norte da A25A, o presidente da Câmara Municipal do Porto, no seu improviso referiu, a determinado passo, quanto o chocara um episódio que pessoalmente presenciara numa reunião do Movimento Europeu, e que lhe parecia relevante para justificar a oportunidade de comemorações como aquela que ali ocorria.

Contou o engenheiro Fernando Gomes quanto o chocaram as intervenções de dois jovens universitários portugueses em fim de curso, nascidos sobre o 25 de Abril de 1974, políticos activos e empenhados, dirigentes de juventudes partidárias, figuras já destacadas da vida pública, e que revelaram uma intrigante e confrangedora ignorância sobre o que fora o 25 de Abril.

Obviamente que, pela qualidade dos jovens em causa, é uma constatação preocupante, tanto mais que corresponde a um *deficit* cultural generalizado em matéria de história recente, em particular no que à História de Portugal diz respeito, englobando o regime fascista do Estado Novo, a política colonial, a guerra colonial, o 25 de Abril, a descolonização, o período de transição. Na A25A temos consciência disso, uma das razões porque, sempre que solicitados, participamos em sessões, comemorativas ou informativas, em escolas, autarquias, colectividades de cultura e recreio, onde procuramos contribuir, com a experiência vivida, para o conveniente conhecimento de um passado, sem o qual não se terá uma completa compreensão do presente e dificilmente se acautelará o futuro.

Para essa ignorância também contribui a forma como grande parte da comunicação social, particularmente da que tem maior peso na formação da opinião se vem referindo às comemorações do 25 de Abril. A arrogância e sobranceria com que retiram

(Continua na última pág.)

SUMÁRIO

Editorial	1
25 de Abril, Ano XXIV	2 a 16
Das Delegações e Núcleos	17
Sementes de Abril	18 a 23
Testemunho	24, 25
Opinião	26 a 31
Ler, Ver e Escrever	32
Vida Associativa	33, 34
Desporto e Recreio	35

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE:
Associação 25 de Abril
Rua Luís de Camões, 47
2795 Linda-a-Velha

DIRECÇÃO:
Pedro Pezarat Correia

IMPRESSÃO:
Tip. Escola ADFA
Rua Artilharia Um
Telef. 385 35 93
1070 LISBOA

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

TIRAGEM:
4500 exemplares

ENDEREÇOS:
Associação 25 de Abril
Rua Luís de Camões, 47
Tel. 4198105 • Fax 4198130
2795 Linda-a-Velha
DELEGAÇÃO DO NORTE
Apartado 4678
4012 PORTO
DELEGAÇÃO DO CENTRO
Apartado 3041
3000 COIMBRA
DELEGAÇÃO DO CANADÁ
153 Hamilton St
Toronto - Ontario - M4M 2C9
NÚCLEO DO ALGARVE
Rua Francisco Gomes, 18 - 1.º
8000 FARO
NÚCLEO DE CASTELO BRANCO
Bairro Buenos Aires, 47
6000 Castelo Branco

Depósito Legal N.º 32998/89

MEDALHA COMEMORATIVA DO 25 DE ABRIL DE 1998

AUTOR: **Prof. Escultor João Duarte**

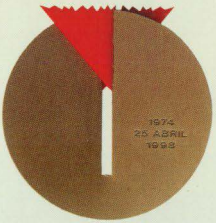
FABRICANTE: **Gravarte – Lisboa**

ANO: **1998**

MATERIAL: **Bronze**

EDIÇÃO
Execução de 800 medalhas em Bronze

FORMA E DIMENSÃO
Circular de 80 mm



MEMÓRIA DESCRITIVA:
A medalha de forma circular, representa simbolicamente a sociedade em si mesma, tendo um corte central que simboliza a libertação que as forças democráticas, levaram a cabo no 25 de Abril. Simultaneamente a coroa circular ao abrir, projecta-nos a um dinamismo imanente da forma espiralada, apontando para o futuro, rompendo duas superfícies de cor vermelha, caracterizando o perfil de um cravo vermelho estilizado

JOÃO DUARTE

- **Nasceu em Lisboa a 29 de Novembro de 1952.**
- **Licenciatura em Artes Plásticas Escultura, pela Escola de Belas Artes de Lisboa, em 1978.**
- **Professor auxiliar na Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa.**
- **Membro da Sculptors Guild, Inc. New York - E.U.A.**
- **Membro da F.I.D.E.M. (federação Internacional da Medalha).**
- **Membro do Grupo Anverso/Reverso, medalha contemporânea.**

Na capa: *Medalha Comemorativa do 25 de Abril de 1998 da Autoria do Escultor João Duarte, fotografia do Sócio Paixão Esteves*

MENSAGEM DA A25A

25 de Abril de 1974. Por muitos anos que passem, não podemos deixar de sentir uma enorme emoção e legítimo orgulho, ao recordar o acto libertador em que nos envolvemos.

Foi há 24 anos. A liberdade foi libertada, saiu à rua, e com ela a poesia, o sonho, a utopia. Foi o tempo de todas as emoções, de todos os sonhos, de todas as lutas. A liberdade, fundamento do regime de Abril, bandeira aglutinadora dos capitães de Abril, foi a mola fundamental da renovação da sociedade portuguesa e da realização de muitos dos sonhos por todos acalentados.

Passados estes 24 anos, olhando para trás, sentimos um misto de satisfação e desilusão.

Satisfação, porque muito se fez, na vivência da liberdade, construindo-se um país melhor, um Portugal democrático, livre e em desenvolvimento.

Mas também desilusão, porque muitos ideais ainda não foram realizados, muitos recuos se deram, novas injustiças se criaram.

25 de Abril de 1998. Mantemos a certeza que só à volta dos valores de Abril poderemos alcançar essas metas ainda distantes.

Só vivendo a liberdade poderemos construir o país que ambicionámos. Mas a liberdade, sendo condição necessária, por si só não resolve os problemas. Não abdicaremos de a usar, para lutar pelos nossos valores, pelo nosso futuro. A democracia, pesem as suas imperfeições, é o instrumento que permite uma co-responsabilização com o futuro. Temos que aprofundá-la, e portanto não nos demitiremos das nossas responsabilidades cívicas, ambicionando e lutando, cada vez mais, por uma vida com mais qualidade, com solidariedade, justiça e paz.

Continuamos orgulhosos e sentimo-nos honrados, por termos contribuído decisiva-mente para a libertação e a democratização de Portugal, há 24 anos. Por isso, reafirmamos os nossos sentimentos e a nossa determinação em continuar a usufruir e a partilhar da liberdade e, com ela, lutar por um Portugal cada vez melhor, onde as desigualdades se reduzam, a juventude olhe para o futuro com esperança e optimismo, e a essa juventude sejam dadas oportunidades reais, como o direito à educação, à saúde, ao trabalho. Esse Portugal só será possível se a juventude tomar em mãos a sua construção. Não isolada, mas envolvida e apoiada pelas outras gerações, que têm o dever de lhe transmitir os valores conquistados há 24 anos.

Só em liberdade e em democracia será possível alcançar uma sociedade mais livre, democrática, justa, solidária, fraterna, tolerante, próspera e feliz. Sonho que, há 24 anos, fez avançar os capitães de Abril.

ABRIL, 1998

ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

O 25 DE ABRIL NA EXPO'98

A SEMANA QUE LIBERTOU PORTUGAL

VISITE A EXPOSIÇÃO
(ESTAÇÃO DO ORIENTE - ENTRADA LIVRE)

COMEMORAÇÕES DO 24.° ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

Novo ano que passou, nova jornada comemorativa.

Quase rotina as comemorações do 24.° aniversário foram como que um "aquecer de motores" para as bodas de prata. É aí que esperamos "reeditar", no mínimo o que conseguimos nos 20 anos.

Recordemos, entretanto, como a A25A comemorou este ano de Abril (para além dos tradicionais cartaz/autocolante e medalha).

SESSÕES DE ESCLARECIMENTO...

Continuam os convites à A25A para se fazer representar por um militar de Abril em inúmeros actos comemorativos.

Saliente-se que, mais uma vez, para além das sessões solenes, dos almoços ou jantares de convívio, das manifestações mais diversas, tiveram lugar cimeiro nas solicitações recebidas, as escolas.

E, como já vem sendo hábito, não conseguimos responder afirmativamente a todas as solicitações...

PROVAS DESPORTIVAS

Sob a responsabilidade do membro da Direcção, João Marques Penha, realce-se e agradeça-se a colaboração continuada do Manuel Rodrigues e do Jorge Ribeiro.

FESTA JOVEM

Definitivamen implantada, assim o esperamos, a *festa jovem* realizou-se no dia 5 de Abril (como sempre no *Complexo Desportivo "Cidade de Almada", Feijó)*, organizada de acordo com o protocolo assinado em 1997 pela *Associaçao 25 de Abril, Câmara Municipal de Almada, Federação*

(Continuação da página anterior)

Portuguesa de Trampolins e Desportos Acrobáticos, Federação Portuguesa de Ginástica, Associação de Ginástica de Lisboa e Associação de Ginástica de Setúbal.

Com a participação de cerca de 1500 jovens dos 6 aos 12 anos, teve a presença do Senhor Ministro Adjunto do Primeiro Ministro, Jose Sócrates, que aí representou o Governo, dando forte estímulo aos muitos participantes e responsáveis – atletas, técnicos, organizadores – a quem se deve esta magnífica jornada de convívio, em nome de Abril.

JANTAR CONVÍVIO

O sucesso do ano passado levou-nos a repetir a dupla dose: local numa instalação militar e serviço da Manutenção Militar. Este ano fomos mesmo para, casa de quem nos serviu.

E convém recordar que, não tendo as instalações da MM as mesmas tradições abrilinas que as do Regimento de Engenharia de Lisboa, foram no entanto palco de muitas actividades dos militares de Abril, em muitas jornadas importantes no pós 25 de Abril. Basta recordar alguns plenários importantes do MFA (um deles com a Junta de Salvação Nacional, onde Spínola tentou lançar o que viria a ficar conhecido como *"Golpe Palma Carlos")*. E, no que se refere à Associação 25 de Abril, recordemos que foi aí que realizámos a nossa *assembleia geral constituinte,* com a presença de quase mil sócios fundadores.

Com uma participação média (ultrapassaram-se as 500 presenças), não se notaram deficiências (nem na comida, quanto à qualidade e quantidade, nem no serviço, nem no espaço). Apenas teremos que ter mais cuidado com o som.

Um agradecimento especial a todos os que nos ajudaram nesta organização, nomeadamente ao Ministério da Defesa Nacional, ao EME, à RML, e à Junta de Freguesia do Laranjeiro (que mais uma vez nos ofereceu os cravos vermelhos para o convívio).

(Continuação da página anterior)

CORRIDA DA LIBERDADE

Organizada como é já tradicional, com a *Câmara Municipal de Lisboa*, a *Câmara Municipal de Loures*, a *Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio* e a *Junta de Freguesia da Pontinha*, foi mais uma jornada de convívio, bastante participada e alegre.

Recorde-se que nesta prova se procuram ligar locais históricos da acção militar do 25 de Abril – *Pontinha, Carmo, Rádio Clube Português, Terreiro do Paço* – ao *Rossio/Restauradores*, com passagem pela *Avenida da Liberdade*.

COMEMORAÇÕES POPULARES

Novamente a A25A participou na Comissão Promotora das Comemorações Populares do 25 de Abril, que tem o seu ponto culminante na manifestação que desce a Avenida da Liberdade até aos Restauradores.

Manifestação que todos os anos se impõe contra os que vêm temendo a sua transformação em ritual passadista, revivalista e ultrapassado. Mesmo tendo que vencer os que, sem a afrontarem directamente, gostariam de a ver desaparecer dos eventos comemorativos. E que, por isso mesmo, procuram criar os mais diversos problemas e as mais variadas confusões à sua volta. Que, este ano, novamente surgiram com o agitar do papão da *"frente de esquerda"* que, disseram, os promotores queriam para fazer frente a recém formada *frente da direita*. E, lamentavelmente, mais uma vez os agitadores atingiram alguns objectivos, ao conseguirem inibir muitas *figuras públicas* de participar na manifestação.

Congratulemo-nos no entanto, pois mais uma vez este acto comemorativo se impôs, com juventude, dinâmica, participação activa, intensa e de festa. Foram muitas as dezenas de milhares de portugueses que voltaram a estar presentes, dizendo e demonstrando não dispensar uma jornada popular de convívio e exaltação, para reviver Abril. Que voltou a contar com a presença de número signiffcativo de militares de Abril.

De novo, além da intervenção de um jovem e da leitura do apelo às comemorações, da responsabilidade da comissão promotora, o orador principal foi um militar de Abril.

É a intervenção do *Vitor Crespo* que transcrevemos de seguida.

Rossio, Manifestação Popular – 25 de Abril de 1998

Comemoramos hoje um dos fenómenos que mais profundamente marcou a distinção entre o antes e o depois na História deste país.

Por isso o 25 de Abril, mesmo quando encarado apenas como fenómeno historicamente datado, demarcado no seu tempo e circunstância, tem em si força bastante para o saudarmos.

Para festejarmos o acto militar de risco e determinação com que rompemos os medos e as ameaças do passado.

Para celebrarmos a consciência e a lucidez com que um grupo de militares, num tempo de obscurantismo provocado e de silêncios impostos, soube assumir que o serviço da Pátria e do seu povo é única razão que justifica a condição de militar.

Para exaltarmos nesta data que é sua, a epopeia imensa de resistentes e democratas que ao longo de décadas, generosa e tenazmente, tudo arriscaram, suportando sacrifícios sem descrição, para restituir aos seus concidadãos direitos e liberdades usurpados.

Como calar que comemorar o 25 de Abril é festejar o rompimento de cadeias e tutelas humilhantes, o derrube da opressão, a abertura das prisões, a queda das censuras!

Comemorar o 25 de Abril é festejar o rompimento de cadeias e tutelas humilhantes, o derrube da opressão, a abertura das prisões, a queda das censuras!

Como silenciar nesta efeméride a alegria e esperança que galvanizaram todo um povo, a dignidade com que se assumiram direitos e deveres de cidadania, o movimento participativo e criativo sem precedentes que se gerou, o imenso abraço que envolveu a revolução nascente.

Amigos foi há muito tempo já, mas nós que soubemos como era, nós que tivemos as vidas marcadas por esse passado retrógrado e perverso não o calamos. Mesmo que continuemos a alimentar esperanças diferentes das que o presente suporta, vamos contar a todos para que não esqueça. Para que os perigos do obscurantismo e da opressão estejam presentes na consciência de todos. É um dever moral! É por isso com muita alegria que acolhemos entre nós jovens. Aqueles que já não viveram na opressão mas mesmo assim querem connosco repudiá-la.

Ao celebrar o 25 de Abril não podemos esquecer aqueles povos que ao mesmo tempo que nós, tomaram em suas mãos os seus destinos, conquistaram as suas independências. Aqueles povos para quem o 25 de Abril foi também uma libertação e uma abertura de esperança.

Passadas que estão as guerras e vicis-situdes por alguns suportadas, podemos hoje festejar as expectativas de paz que se lhes abrem e as vias de progresso que encetaram.

Ao comemorarmos hoje, aqui, o 25 de Abril que a todos envolveu, queremos evocar aqueles para quem ainda não chegou a autodeterminação e a liberdade e endereçar ao povo de Timor Leste uma mensagem de esperança e de profunda solidarieda-de com a sua luta.

Queremos evocar aqueles para quem ainda não chegou a autodeterminação e a liberdade e endereçar ao povo de Timor Leste uma mensagem de esperança e de profunda solidariedade com a sua luta.

Depois do 25 de Abril Portugal mudou, Portugal mudou muito.

Consolidou-se o regime democrático. Alcançou-se mesmo notável estabilidade política traduzida em vários períodos de legislatura completa com governos apoiados em maiorias absolutas ou suficientemente largas a dispensar coligações. Tivemos sempre Presidentes eleitos por maiorias expressivas a esgotar o número de mandatos. Assistimos ultimamente a uma alternância de maiorias dando resposta a mudanças claras da posição do eleitorado. Foram exigidas novas políticas e reveladas preocupações com a corrupção e os abusos que resultaram da excessiva permanência das forças então no poder e o sistema respondeu com normalidade.

Portugal de Abril tornou-se um país diferente.

São sinais positivos do bom funcionamento da democracia formal que resultou dos consensos obtidos pelas forças políticas e traduzidos nos textos constitucionais.

Analisado à distância, teremos de reconhecer o papel decisivo que o período de transição político-militar teve na rapidez e forma com que se obteve a normalidade da vida democrática em Portugal. Pela confiança que o MFA desde logo granjeou. Pela justeza e sentido progressista das propostas que apresentou. Pelo papel moderador entre os partidos. E, principalmente, pelo papel que desempenhou trazendo à participação política a esmagadora maioria do povo português.

Ao celebrar o 25 de Abril não podemos esquecer aqueles povos que ao mesmo tempo que nós, tomaram em suas mãos os seus destinos, conquistaram as suas independências.

Foi em resultado das suas lutas e práticas políticas que se conseguiram os avanços irreversíveis, depois consagrados constitucionalmente, em matérias de direitos, liberdades e garantias e em matéria de direitos sociais. Ficámos aquém do que muitos de nós pretendíamos. As forças de direita e traços persistentes do antigo regime manobraram e conseguiram posições que não seria legítimo aceitar. Tal foi porém o resultado possível de uma empenhada luta no contexto político de então, luta balizada pela normalização da vida política e social e sempre, sempre, sem uso da força.

Portugal de Abril tornou-se um país diferente. As autarquias eleitas levaram ao poder em todo o país a vontade maioritária das populações locais e promoveram acções e realizações que em muitos casos são o espelho do mais positivo progresso que o país tem conhecido depois de Abril. O de-senvolvimento dos poderes e competências autárquicas bem como o das suas associações está longe de ter esgotado todas as potencialidades. O desenvolvimento de aptidões técnico/ /administrativas e, principalmente, o aumento das suas capacidades de financiamento e de intervenção em domínios que agora lhe estão vedados poderão dar respostas positivas aos anseios de poder que se tem feito ouvir em muitas zonas do país, para obter maior descentralização, eficácia e desenvolvimento.

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

Outro campo onde se operou uma mudança profunda com o regime iniciado em Abril foi no mundo sindical. Não pela via legislativa ou das facilidades e condições concedidas pelos diversos governos ao longo dos tempos para o seu desenvolvimento e consolidação, mas pelas lutas concretas que os trabalhadores e as suas organizações foram travando ao longo dos anos pela melhoria da qualificação dos trabalhadores, das condições de trabalho, dos horários laborais, das regalias sociais e dos salários. De estruturas estatizadas e não participadas do antigo regime construiram por si uma realidade insofismável em defesa dos trabalhadores, de eficácia semelhante à de países com estruturas sindicais de longa tradição. No entanto devemos estar preparados para a tendência da sua secundarização em razão das novas formas de organização do capital com a crescente agudização da concorrência do trabalho no mundo laboral.

Portugal foi devolvido à sua identidade, à sua dignidade de nação velha de séculos, pôde assim afirmar a sua cultura, seguir o curso normal das suas relações internacionais, aderir ao movimento inexorável de união do espaço geográfico e cultural em que se insere, responder aos estímulos que este desafio coloca, beneficiar dos apoios postos à sua disposição. Assistimos a um sensível desenvolvimento económico e atingimos as metas financeiras impostas para adesão à moeda única. E se temos justificadas preocupações relativamente ao atraso na formação dos portugueses e na capacidade de algumas empresas para acompanhar os parceiros mais desenvolvidos da União Europeia enfrentando a feroz concorrência que se adivinha no futuro, não poderemos deixar de reconhecer o enorme aumento da escolaridade a todos os níveis e os seus previsíveis efeitos futuros.

Temos pois razões para estar satisfeitos com o regime que iniciámos e ajudamos a consolidar. Mas teriam terminado com a consolidação do regime os problemas da sociedade portuguesa? Não haverá entre nós fenómenos que choquem as nossas sensibilidades, que revoltem os nossos desejos de justiça, que estimulem a nossa solidariedade?

Temos pois razões para estar satisfeitos com o regime que iniciámos e ajudamos a consolidar.

Embora com graves problemas específicos, as maiores dificuldades que a sociedade portuguesa irá enfrentar no futuro próximo serão certamente da mesma natureza das que se fazem já sentir nas restantes economias de mercado, agravadas pela nossa posição na divisão internacicnal do trabalho.

A globalização, com a crescente liberalização dos mercados e a livre circulação de capitais, conjuntamente com os avanços tecnológicos do nosso tempo vêm permitindo um aumento da flexibilização e a dispersão dos processos de produção. As várias tarefas do ciclo de produção são executadas em locais diferentes de modo a melhor explorar as diversas condições dos mercados de trabalho, em particular no que respeita a salários, horas de trabalho e regalias sociais. As baixas condições sociais dos trabalhadores dos países pobres, ou, dito de outro modo, as graves condições de exploração do trabalho, são por este mecanismo transportadas indirectamente para os países centrais com profundos reflexos na sua organização do trabalho.

Os novos métodos de acumulação capitalista traduzem-se numa cada vez mais forte redução do núcleo primário do mercado de trabalho caracterizado pela estabilidade dos vínculos laborais e pelas correspondentes regalias sociais. Em paralelo, têm crescido os mercados periféricos de trabalho, com a multiplicação dos trabalhadores independentes (a recibo verde), as contratações a prazo, as subcontratação, o tempo repartido, o tempo parcial e outras formas de trabalho precário.

Novas exigências de formação e uma cada vez mais vasta necessidade de reconversões profissionais justificam o afastamento da competição pelos postos de trabalho mais bem remunerados de trabalhadores ainda relativamente novos e mesmo muitas reformas antecipadas.

Mas assiste-se também à desorganização das famílias dos trabalhadores dominados pela necessidade de competição, pela entrega total à empresa porque cada vez mais absorvidos pelos desafios profissionais ficando menos disponíveis para a vida e o lazer, para acompanhar a família, para a participação cívica.

Temos de reconhecer grandes progressos, mas não devemos ignorar a existência de grandes manchas de pobreza em Portugal, isto mesmo antes da situação de crise nos ter atingido plenamente.

Como resultado desta nova situação temos de reconhecer grandes progressos, mas não devemos ignorar a existência de grandes manchas de pobreza em Portugal, isto mesmo antes da situação de crise nos ter atingido plenamente.

O sistema para que tem tendido a economia pós fordista é gerador de grande polarização salarial gerando uma dualidade social de consequências imprevisíveis. A sociedade dos muito ricos que tudo podem que tudo fruem e, em paralelo, a dos outros que apenas podem aperceber deslumbrados, o outro mundo inacessível dos muito ricos.

Não vivemos de facto num mundo em progresso para todos, mas apenas para alguns. Atingem-nos problemas graves de exclusão social com tendência para o agravamento. Nos desempregados de longa duração, nos velhos, cada vez mais numerosos e mais sós e em todos aqueles socialmente desinseridos, e em particular, no desesperado grupo dos jovens com dificuldade de entrar no mercado de trabalho e de encontrar um lugar na sociedade.

Não sendo eventualmente esta a causa principal da explosão do número de toxicodependentes e marginais jovens em Portugal, é certamente um forte factor de agravamento e como tal deve ser encarado e denunciado.

Associado ao problema do desemprego e do aumento da exclusão social anda naturalmente o crime e a violência que os média, numa ânsia de audiências e lucros, ainda dentro da filosofia de competição do sistema, estimulam em grau chocante.

Devemos denunciar estes problemas como o resultado do sistema onde vivemos, da organização social em que nos inserimos e não apenas como fenómeno que resulta dos comportamentos e desvios pessoais que naturalmente lhe estão na base. É toda uma sociedade mais competitiva, menos solidária e mais violenta que os alimenta.

País de emigração durante séculos, Portugal tornou-se nos últimos anos país de acolhimento de mão de obra. Africanos, na sua maioria, as pessoas que acolhemos têm culturas diferentes, muitas vezes não compreendidas nem respeitadas, e baixos níveis de rendimento. Têm por isso sido sujeitas a fenómenos de exclusão social com

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

efeitos na habitação, na educação, e na fruição de regalias sociais e em outros domínios que importa denunciar e combater. Mais grave ainda porém, têm sido os fenómenos de racismo e xenofobia verificados com uma frequência preocupante. Contrários ao respeito da própria dignidade Humana e discordantes de uma linha de sã convivência racial tradicional nos portugueses, têm que ser severamente combatidos e punidos.

Numa sociedade em que assistimos à intervenção crescente de forças supra-estatais e ao retrair da intervenção do Estado em diversas esferas, desde a de regulador económico, passando pela dos serviços sociais, às da segurança e legitimidade de coacção, sua especificidade última, aumentam as nossas responsabilidades de cidadania.

Neste mundo global em que nos encontramos, onde se foram esbatendo os valores, em favor da competição e do mercado numa ânsia desenvolvimentista, em que o progresso é confundido com desenvolvimento económico e elevado à categoria de valor universal, farol de todas as condutas, nós homens e mulheres de Abril queremos proclamar bem alto que não abandonamos os nossos ideais, que temos valores que queremos afirmar e pelos quais intransigentemente lutaremos.

Nós homens e mulheres de Abril queremos proclamar bem alto que não abandonamos os nossos ideais, que temos valores que queremos afirmar e pelos quais intransigentemente lutaremos.

Somos de esquerda, queremos construir uma sociedade mais justa, onde cada homem possa satislazer os seus anseios de felicidade e realização, onde não haja desprotegidos, excluídos e marginalizados.

Somos defensores da liberdade, só restringida pela liberdade dos outros;

Lutamos pela igualdade entre os homens no respeito pelas suas culturas e diferenças;

Estamos com as lutas das mulheres para assumpção plena de direitos e posições sociais;

Somos inflexíveis defensores dos direitos humanos e da justiça social.

Rejeitamos o desenvolvimento económico como valor supremo do progresso, em favor da qualidade de vida e da manutenção sustentada do ambiente que também é pertença dos vindouros.

Apoiamos uma distribuição económica que favoreça a justiça social.

Preconizamos a orientação do desenvolvimento e inovação tecnológicas para o serviço do homem e do seu bem estar.

Sentimos, enfim, nesta luta que é nossa, por uma sociedade mais justa, indeclináveis deveres de solidariedade social.

Não podemos ficar simples espectadores no turbilhão de mudanças do mundo que nos rodeia, assumimos sempre certo grau de co-responsabilidade em tudo o que for acontecendo.

Queremos exercer uma cidadania activa e consciente na sociedade em que vivemos.

Amigos, somos aqueles que nos agrupámos para derrubar o fascismo em 1974, acrescidos e revigorados por essa promissora massa de juventude que se nos tem associado ao longo do percurso.

Sentimos orgulho na seara que deixámos.

Por isso — Amigos — o 25 de Abril que hoje aqui comemoramos não é um 25 de Abril que envelheça, é o 25 de Abril da luta pela liberdade, pela solidariedade e pela justiça, é o 25 de Abril de sempre, da luta pelo progresso.

VIVA o 25 de ABRIL
VIVA PORTUGAL

Victor Crespo
C/Almirante

Sentimos orgulho na seara que deixámos.

25 DE ABRIL UMA DATA INESQUECÍVEL!

Mário Lebre

Foi há 24 anos que um punhado de jovens oficiais deu a "machadada" final num regime que há 48 anos tinha arrebatado a Liberdade e a Democracia ao povo português e que o vinha oprimindo sob uma ferocidade bem característica dos governos totalitários da época. A milhões de portugueses foi-lhes imposto, ao longo daqueles anos, uma política brutal que lhe expropiava ou limitava não só os seus direitos fundamentais de cidadãos mas também violando os Direitos Humanos pelas prisões arbitrárias, detenções indeterminéveis sem culpa formada, espancamento e torturas dos presos políticos e seus assassinatos além de impôr uma guerra nas colónias reprimindo o anseio de autodeterminação desses povos. Ao fim de treze anos de uma luta em três frentes (Angola, Moçambique e Guiné) onde mais de um milhão de homens se bateu sofrendo umas dezenas de milhares de mortos não contando com os feridos, estropiados e "apanhados" (doenças nervosas) que nos tornou numa nação pária no seio das Nações Civilizadas e praticamente banida da comunidade internacional ficando, assim Portugal reduzido apenas ao apoio e amizade de dois países – a Africa do Sul e a Espanha do ditador Francisco Franco. Centenas de milhares de portugueses tiveram que abandonar a sua Terra Natal para assim puderem angariar um meio de subsistência com que pudessem dar uma educação adequada aos filhos amealhando ao mesmo tempo uns "trocos" para a segurança da sua velhice. Outros "fugiram" para não serem alistados nas forças armadas evitando serem enviados para a luta nas colónias donde muitos regressariam sim, mas num caixão, feridos ou traumatizados.

No meu caso, ainda muito novo, tive que abandonar a minha pátria bem amada por terme sido vedado o acesso a um trabalho que todo o cidadão tem direito, pelo código dos Direitos Humanos. Razão da minha exclusão desse direito? Apenas porque em 1958, durante a campanha presidencial em Portugal, decidi pelo meu direito constitucional e democrático, apoiar um candidato que foi derrotado por meios fraudolentos e mais tarde assassinado pelos agentes da tenebrosa PIDE, aquele que foi cognominado do "General sem medo", Humerto Delgado. Mais tarde fui despedido por esse facto e a partir daí empregos... era bem melhor esquecê-los. Não tive outra opção e emigrei, primeiramente para a França, Bélgica e Alemanha e depois dali para aqui, Canadá.

É por esta razão que o 25 de Abril é para mim uma data tão importante como a nossa Independência e Restauração pois deu-nos a Liberdade e restaurou a nossa dignidade no seio das Nações.

É também, na minha modesta opinião, um dever de todos nós de gratidão para com esses jovens militares que fizeram aquela Revolução por muitos conhecida pela "Revolução dos Cravos".

COMUNIDADES PORTUGUESAS

TORONTO – CANADÁ

É suposto que faça um relato da magnífica semana que, a convite da A25A do Canadá, passei na cidade de Toronto (Ontário). De facto não tenho palavras para descrever o ambiente de amizade que me rodeou nos mais pequenos pormenores; fizeram com que me sentisse num mundo diferente e ao mesmo tempo mais português do que aquele que estava habituado a viver nas comemorações formais do 25 de Abril de 1974, no velho «chão» de Portugal! Quer gostemos quer não, o tempo tem sempre uma acção inexorável sobre a memória dos vivos, ou guardando as recordações agradáveis, ou acentuando o travo amargo daquilo com que sonhámos e não conseguimos realizar. É talvez por isso que, com o fluir dos anos, as comemorações de Abril se vão transformando em problema de política, saindo do local em que, na minha perspectiva, se deviam situar: na alegria actual do canto da Liberdade, da festa de ser, de viver, de actuar, no mundo e para o mundo no momento que é o nosso, em cada circunstância da vida. Todos nós, felizmente, somos diferentes e sempre tivemos do mundo perspectivas outras que não as consignadas em qualquer catecismo partidário. Tivemos, e quero crer que a maioria de nós ainda alimenta, um sonho de maior fraternidade, de uma vivência plena das capacidades de todos e de cada um na maior liberdade e na consequente responsabilidade pelo desenvolvimento de todos os «talentos» com que Deus nos dotou. Foi por ser assim que foi possível, embora por breves dias, viver a Revolução como uma festa!

Foi desta festa que prestei testemunho aos nossos amigos no Canadá. Em especial aos jovens que quizeram ouvir-me e para quem os idos de 1974 soam como para nós, talvez soem ... os acor-des das festas populares da aclamação do Rei D. João I!

Não se tratou de uma tarefa fácil, e não sei se consegui transmitir a mensagem, desenraizada e implantada na sociedade global em que vivemos. Ter-se-ia perdido todo o sentido se não tivesse havido um esforço de actualização, de vôo, no tempo e no espaço para a actualidade e... para o futuro na medida em que é sempre possível o sonho.

Foto publicada em "NOVE ILHAS"

Em muitos momentos vi lágrimas furtivas nos rostos de alguns, advinhei trabalhos e sofrimentos indizíveis, marcas de perseguição que teimam em persistir mas, ao mesmo tempo, uma enorme e incontida alegria de terem chegado até aqui e poderem colocar nas mãos dos jovens as suas esperanças que hão-de tornar-se em calos e cicatrizes do muito que deles se espera!

Não podia terminar sem deixar uma palavra de gratidão ao Liberal, ao Mário Lebre, à Ermelinda e ao marido Mário Santos, ao meu companheiro da escola n.° 6, ao Mário Coelho, aos presentes e àqueles cuja ausência faz aumentar a nossa teimosia em continuar, em insistir que o 25 de Abril ou é festa de Liberdade e fraternidade ou não é ... nada.

Uma palavra mais para expressar, desde já, a minha total oposição a um alegado projecto de encontrar uma única data para comemorar as várias e diferentes festas nacionais. A ser verdade o que tenho lido, um pouco em todos os jornais, e dando como certa a apatia em que se encontra a sociedade portuguesa, como que anestesiada por pseudo sucessos económico-financeiros, numa cegueira pouco propícia à exaltação dos valores éticos, caber-nos-á a nós, capitães de Abril, defender, em ambiente hostil aos militares, os valores que deram significado patriótico ao 25 de Abril de 1974, nessa precisa data, e não noutro qualquer dia, porventura mais vantajoso se analisado numa perspectiva economicista. É com mágoa que constato o facto histórico de assistir ao completo domínio do poder político pelo poder económico. É, para já, inelutável, visto verificar-se em todo o mundo de cultura ocidental. Vivemos o início de um ciclo, mas temos o direito e o dever de resistir, proclamando, a tempo e fora de tempo, os nossos valores ético-sociais.

SANCHES OSÓRIO

SEMANA CULTURAL DAS COMEMORAÇÕES DO 24.° ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO DOS CRAVOS

Democracia – Liberdade – Pluralismo

Quinta feira, 23 de Abril
Recepção ao Sr. Major Sanches Osório, jantar no Tropical Nights

Sexta-feira, 24 de Abril
10 horas, visita à Megacidade, com o Vereador Mário Silva.
14 horas, conferência de imprensa no First Portuguese C.C.C.
19 horas, palestra no salão nobre da Casa dos Açores, com os professores universitários: José Carlos Teixeira e Sanches Osório.
(Aberto ao público).

Sábado, 25 de Abril
Visita à cidade de Toronto, com convidado de honra.
19 horas, jantar, com o Grupo de Jovens Luso Canadianos "Voxnova" e artistas comunitários: Isabel Sinde, Armando Costa (Filhas) e José da Vesga.
Apresentação a cargo de José Mário Coelho.

Domingo, 26 de Abril
10 horas, missa na catedral de St. Michael's
13,30 horas, almoço de aniversário do jornal "Sonho do Lar Nove Ilhas"

Segunda-feira, 27 de Abril
Visita a Niagara Falls e arredores.
19 horas conferência pelo Grupo de Jovens Luso canadianos "Voxnova".

Terça-feira, 28 de Abril
Visita ao comércio da nossa comunidade

Quarta-feira, 29 de Abril
Visita à Universidade de Toronto, à noite mesa redonda organizada por "Voxnova" e aberto a todos os jovens com mais de 16 anos.

Quinta-feira, 30 de Abril
Encerramento com almoço e passagem de vídeos sobre as comemorações em Portugal

FRANÇA - FONTENAY - SOUS - BOIS

FESTA DA LIBERDADE'98

Associação Portuguesa de Fontenay-sous-Bois, em colaboração com o município

Comemoração da 24ª aniversário do 25 de Abril de 1974

Quarta-feira, 22 de Abril às 20h30

Inauguração da **Exposição de desenhos** das crianças sobre o 25 de Abril em Portugal
Conferência debate sobre o **25 de Abril em Portugal e a Emigração em França**, com o Dr. Coimbra Martins, Ex Embaixador de Portugal, Ministro e Deputado

Na sede da Associação, 44, rue Louis Auroux, em Fontenay s/Bois

Sexta-feira, 24 de Abril às 20h00

Desfile ao Monumento do 25 de Abril
com archotes, bandeiras e cravos (saída da Salle Jacques Brel às 20h30 em direcção da Place de l'amitié entre les peuples)

Sábado, 25 de Abril a partir às 21h00

Ranchos folclóricos **Aldeias de Portugal** de Fontenay
e **Flores de Portugal** de Drancy
Grupos de Danças Modernas **A.D.P.** e **ACESS** da Associação

Grande Baile da Liberdade
animado pelo agrupamento musical **THEMA X**

No Gymnase Joliot Curie,
16, avenue Rabelais (junto ao Hotel Clinarf), em Fontenay s/Bois

BRASIL – SÃO PAULO
TIMOR E O POVO MAUBERE

Senhores membros da mesa, autoridades presentes, sras. e srs., boa noite.

A pedido da diretoria do C.C.25 de Abril, cumpre-me falar-vos do antigo Timor português e do Povo Maubere, no dia em que comemoramos o 24.° aniversário do 25 de Abril – a Revolução dos Cravos – que teve o grande mérito de terminar com a guerra colonial, e implantar o regime democrático em Portugal. Neste dia, daqui saudamos os capitães de Abril, e expressamos total solidariedade e apoio aos nossos irmãos de Timor Leste.

Daqui saudamos os capitães de Abril, e expressamos total solidariedade e apoio aos nossos irmãos de Timor Leste.

A mais antiga referência a Timor, encontra-se no livro *Contagem Geral das Peregrinações no Mar*, escrito por *Fei Hsin*, em 1436; nele se lê: *as montanhas da ilha são cobertas com florestas de sândalo.*

Logo após a conquista de Malaca (1511) por Afonso de Albuquerque, frotas comerciais dali partiam em busca de especiarias, e o comandante de uma delas – Rui de Brito – em carta enviada ao rei D. Manuel, datada de 1514, informava: *Timor é uma grande ilha e produz sândalo, mel e cêra.*

Aos comerciantes seguiram-se – em 1562 – os frades dominicanos, que foram exercer o seu apostolado nas ilhas Flores, Sólor e Timor; a administração portuguesa apenas se instalou em Oecussi-Ambeno, situada na parte Ocidental de Timor, em 1585. Devido aos ataques dos holandeses, a sede do governo foi transferida para Dili, na parte Oriental, que permaneceu portuguesa por cerca de 4 séulos, até que, em 1975, o exército indonésio invadiu o território, onde está escravizando e dizimando a sua população, sob o olhar cúmplice e indiferente da comunidade internacional.

A escrita e a civilização – do mesmo modo que no Brasil – aportaram a Timor com os portugueses, se bem que se mantivesse a organização tribal em *sucos* (reinos), cujos chefes nativos se denominavam *liurais*; e, à semelhança do que ocorreu em África, a organização social nativa foi, quase sempre, respeitada pelos colonizadores, mesmo quando dividiram o território em *Circunscrições*, e estas em *Postos Administrativos*.

A ilha de Timor, distante de Lisboa cerca de 20.000 km, e cortada por uma imponente cadeia de montanhas, com mais de 3.000 m, a dificultar os contatos, pouco se desenvolveu, apesar do belo trabalho dos missionários, que até 1975 dirigiram o único colégio do interior, hoje sede de um regimento indonésio.

Ocupada por uma população heterogênia, ali chegada ao longo de milhares de anos, em Timor-leste existem 15 grupos etnolinguísticos, falando 12 línguas e 35 dialetos, onde o *tetum*, adotado pelos missionários, era uma espécie de língua franca, e o português, idioma de cultura e língua oficial. O grupo etnolinguístico mais numeroso é o *mambaí*, onde é muito comum o termo *maubere*, significando pobre e ou ignorante.

Além do sândalo branco, madeira nobre, aromática e medicinal, é famoso o café de Timor, que produz ainda arroz, milho, batata e mandioca, produtos introduzidos pelos portugueses, e cria búfalos, cavalos, ovinos, caprinos e suinos. Após a independência, a Austrália vem explorando petróleo na plataforma continental, onde se encontra uma das grandes reservas mundiais do ouro negro. Em Timor, são muito populares as brigas de galos, e uma arte marcial semelhante à capoeira brasileira.

A expressão *Povo Maubere*, até então insultuosa, transformou-se num grito de guerra, significando honra e orgulho nacionais

De acordo com o censo de 1950, no então Timor português residiam 442.441 seres humanos, entre os quais 434.970 "não civilizados", ou seja autóctones não alfabetizados, vivendo à maneira indígena e não falando português, perfazendo mais de 98% do total; 3.128 chineses e descendentes, quase todos comerciantes; 2.022 mestiços, normalmente filhos de portugueses e nativas; 1.541 indígenas "civilizados"; 568 europeus, normalmente militares e administradores portugueses; e, finalmente, 212 não indígenas, na sua maior parte oriundos do então território português de Goa.

Em 1975 – ano da invasão de Timor pela Indonésia – a população timorense cifrava-se em perto de 700.000 habitantes, entre os quais cerca de 1.000 portugueses, 2.000 mestiços e 15.000 chineses, além de pequeno número de árabes e goeses; na sua esmagadora maioria, essa população residia no interior, pois a capital era quase uma aldeia, com cerca de 20.000 habitantes. Representando mais de 95% da população total, os timorenses pobres e analfabetos designavam-se por *Mauberes* – vocábulo depreciativo, equivalente a pé descalço e ignorante, semelhante ao *saloio* dos arredores de Lisboa, ou ao *caipira* do interior de São Paulo, se bem que MAUBERE seja o nome de um grande monte da região *mambaí*.

Com a Fretilin, fundada pelo dr. José Ramos Horta (filho e neto de degredados portugueses, perseguidos políticos), a expressão *Povo Maubere*, até então insultuosa, transformou-se num grito de guerra, significando honra e orgulho nacionais, o que mobilizou a quase totalidade de uma população marginalizada, a inverter a escala de valores até então adotada, dando, pela primeira vez, importância aos humildes e menos favorecidos, a maioria. E foi a garra dessa maioria que manteve, até hoje, uma guerra desigual contra as forças indonésias, a mando do ditador e assassino Suharto, que, depois de liquidar mais de meio milhão de opositores, já é responsável pela morte de cerca de 200.000 *mauberes*.

TIMOR e *POVO MAUBERE*, nação e população abandonadas ao ódio irracional de um ditador sem escrúpulos; maubere, expressão que galvaniza os timorenses do Leste, palavra que hoje define uma nacionalidade, e levanta uma população contra o opressor, a despertar o belo sentimento que designamos *patriotismo*, chama que, mais cedo ou mais tarde, guiará aquele povo sofrido mas heróico, humilde mas digno, heterogêneo mas unido, a uma merecida, honrosa e justa autodeterminação, tendo a língua portuguesa como elo de união, veículo de comunicação e meio de cultura.

São Paulo, 25abr98

José Verdasca Santos

(Palavras do autor nas comemorações em São Paulo, Brasil, do 24.° Aniversário do 25 de Abril)

MULHERES DE ABRIL

Depois de um período de apogeu, os Capitães de Abril iniciaram uma trajectória descendente cujo declive se vem acentuando à medida que passa o tempo.

Há pouco mais de vinte anos os Partidos e os seus militantes rastejavam perante nós, procurando conquistar as nossas simpatias. Hoje, comodamente instalados na vida e no poder, os políticos olham com sobranceria e indiferença aqueles a quem, na realidade, devem o que agora são.

Estamos, de facto, em plena época de ingratidão, tendo-se ela tornado um acessório essencial para singrar na vida e atingir, mesmo que efemeramente, uma posição na ribalta.

Mas os Capitães de Abril não têm autoridade moral para criticar os outros pois mantêm em aberto uma enorme dívida de gratidão para com as Mulheres de Abril, aquelas que nos acompanharam no caminho que delineámos e percorremos.

Sei que alguns casos houve em que esse percurso provocou roturas irreversíveis nas estruturas familiares. Lamento-o sinceramente mas recuso quaisquer comentários sobre o assunto, que pertence exclusivamente ao foro íntimo dos seus intervenientes.

Possivelmente alguns de nós já terão transmitido a sua Mulher um agradecimento pessoal pelo apoio recebido. Mas a realidade é que, em termos globais e públicos, a nossa gratidão não foi manifestada.

Não podemos nem devemos esquecer que as nossas Mulheres viveram connosco os bons e maus momentos, partilharam os nossos minutos de euforia e os nossos momentos de desânimo, comungaram na nossa expectativa e na nossa esperança, na nossa alegria da vitória e no desencanto da nossa desilusão.

Nelas encontrámos sempre refúgio e amparo, a palavra amiga e o conforto que nos deram cora-gem para prosseguir.

Elas sentiram o medo da nossa prisão (que, nalguns casos, se veio a concretizar), o pânico de se poderem vir a encontrar sozinhas com os Filhos nos braços. Mesmo quando, eventualmente, discordaram do que fazíamos mantiveram-se firmes a nosso lado. Que exemplo magnífico nos transmitiram! E como foi possível que o esquecessemos até hoje?

Não podemos nem devemos esquecer que as nossas Mulheres viveram connosco os bons e maus momentos, partilharam os nossos minutos de euforia e os nossos momentos de desânimo, comungaram na nossa expectativa e na nossa esperança, na nossa alegria da vitória e no desencanto da nossa desilusão.

Em 1994, embora estivesse então internado na Unidade de Tratamentos Intensivos Coronários do Hospital de Santa Maria, permiti-me sugerir a realização de uma homenagem pública às Mulheres de Abril, às nossas Mulheres. Circunstâncias várias impediram que a sugestão se concretizasse.

Creio, porém, que ainda estamos a tempo e que, se realmente o quisermos, o programa das comemorações do 25.° aniversário do 25 de Abril poderá englobar uma cerimónia singela mas sentida que permita saldar a nossa dívida.

Mas enquanto isto não acontece permitam, Queridas Amigas, que um velho Capitão de Abril prestes a atingir os setenta anos lhes diga, com muito respeito, com muita ternura e com comovida gratidão: Bem hajam! Que Deus lhes pague!

Nuno Fisher Lopes Pires

ABRIL

Abril é semente dum sentimento
que não se lamenta nem se reprime,
é paz trazida pela voz dum vento
que se movimenta num tom sublime.

Abril abraça a bruma dum momento,
dum beijo que brandamente se exibe,
sobre a boca desbastada de medo,
onde a liberdade não se comprime.

No desalento dos cravos tolhidos
por despóticos tempos deprimidos,
repousa um combativo coração.

Na candura dos cravos ancorados
à coragem que renovou os prados,
respira o fulgor da revolução.

Joaquim Simões, 24 anos, Sociólogo

SER UM HERÓI

Ser um herói não é vencer batalhas
Deixando o inimigo destroçado,
Nem é cometer feito celebrado
Ou ter o peito cheio de medalhas.

Tambem não é viver como endeusado,
Tentando disfarçar as nossas falhas,
Nem é entretecer pérfidas malhas
Na busca de, por todos, ser louvado.

Ser um herói é algo mais singelo,
Não tem nada de fácil ou de belo,
Não é jogo de azar, não vem da sorte...

Ser um herói é não saber fugir,
Ficar-se lá presente e conseguir
Vencer o medo que temos da morte.

Nuno Fisher Lopes Pires

O 25 DE ABRIL NA EXPO'98

Fotografia e Design: Francisco Geraldo

Isto só é possível, porque houve o 25 de Abril!

Eis uma afirmação que, por mais usada que seja, continua actual e justificável.

Também, no que se refere à Expo'98, muitos a têm utilizado. Nomeadamente os seus principais responsáveis, principalmente quando intervêm publicamente.

Por tudo isso e porque também eu concordo com a referida afirmação, sempre pensei que os referidos responsáveis (tutores ou executivos) teriam presente esse princípio e lhe procurariam dar corpo. Santa ingenuidade a minha, que teima em se manter, apesar das inúmeras lições recebidas!...

Apercebendo-me de que, afinal, nada ou quase nada iria ser feito, tomei a iniciativa de contactar o comissário da Expo'98 e sugerir-lhe que tivesse em consideração que *em Portugal tinha havido o 25 de Abril*. De imediato, como já esperava, o Eng.º Torres Campos abraçou a sugestão e se disponibilizou para promover algumas iniciativas.

Em contacto posterior, sugeriu-me que gostaria de apoiar duas acções: a implantação de um memorial ao 25 de Abril, no espaço da Expo'98 (rotundas, passeios, etc.) e a realização de uma exposição evocativa da revolução dos cravos, também num espaço da Expo'98. As condições eram, no entanto, bem rígidas: a responsabilidade da organização seria da A25A e a Expo'98 limitar-se-ia a conceder o espaço, alguns apoios de serviços e um subsídio (que ele sabia não ser suficiente, como então afirmou). Para além disso, o memorial não podia ser de grandes dimensões, devendo ser *à dimensão humana*.

Aceites as condições, procurámos encontrar os apoios que nos permitissem as condições necessárias à sua realização. Apoios que foram garantidos, fundamentalmente junto do governo (Ministro Adjunto do Primeiro Ministro e Ministro da Defesa). E avançámos para a sua concretização.

MEMORIAL

Convidado a mais uma colaboração, mais uma vez o escultor José Aurélio se disponibilizou imediatamente.

Informado sobre as condições, levantou desde logo uma dúvida sobre o que se entenderia por "*à escala humana*". Contactado o representante da Expo'98 que nos foi indicado, começámos a escolha do local e apontámos para uma rotunda no extremo sul da *Alameda dos Oceanos*. Era um local disponível e que nos agradou. O José Aurélio avançou com um projecto e aí surge o primeiro problema: para ele, *à escala humana* significava que o memorial se integrasse bem com as pessoas. Por isso, o seu projecto permitia às pessoas circularem por baixo da escultura que elaborou (dois braços, onde as mãos agarravam um cravo vermelho, cuja corola incluía uma pomba branca). A sua altura (sete metros) era maior que a de um homem, mas o local aguentava bem essa situação. De qualquer maneira, porque nos foi afirmado que uma escultura dessa dimensão iria quebrar a harmonia do local, procuraram-se outras zonas para implantação do memorial. Com um atraso que começava a pôr em causa a possibilidade real de se fazer tudo a tempo.

Perante as demoras incompreensíveis e as alterações provocadas, promoveu-se uma reunião com outro responsável e apontou-se para um local, num passeio perto da referida rotunda.

Foi então que o comissário da Expo'98 chumbou o projecto apresentado, pois não admitia um memorial com mais de dois metros de altura. Isso, porque outras dimensões iriam pôr em causa a boa circulação dos visitantes...

Colocado perante a situação, o José Aurélio avança com outro projecto totalmente novo e dispõe-se a correr contra o tempo.

Havia, no entanto, que definir de uma vez por todas o local da sua implantação. E o que, com o andamento das coisas, se receara, aconteceu: foi definido, pelos responsáveis da Expo'98, que o único local disponível era o chamado *jardim triangular* fora do recinto da Expo'98, perto da sua entrada sul junto ao rio. Local que, ainda que no futuro se espere venha a ser digno (no meio de blocos residenciais), não irá ser visitado por nenhuma pessoa durante a Expo'98. Perante esta situação, tivemos de admitir que os responsáveis da Expo'98 consideravam não dar ênfase ao 25 de Abril. Talvez porque, como passado, era recente, e, como futuro, era adquirido. Esquecendo que, se Portugal brilha na Europa e no Mundo com a sua Expo, o início da sua reinserção, nessa Europa e nesse Mundo, foi mesmo o 25 de Abril. Por isso, decidimos abdicar do memorial. Comunicando ao comissário da Expo'98 que a A25A não patrocinava uma atitude como a que se verificava. Se de facto tinham vontade de homenagear o 25 de Abril com um memorial, deveriam assumi-lo frontalmente (diga-se, a propósito, que na rotunda onde se admitiu a colocação do memorial, foi lá colocada uma escultura luminosa com cerca de 15 metros de altura...).

EXPOSIÇÃO

Com um processo semelhante, no que se refere à definição do local, o argumento maior que ouvimos para inviabilizar os espaços que nos pareceram mais apropriados (a começar pelo Pavilhão de Portugal) foi o de que "*era tarde, já estava tudo programado e ocupado*". Ao que

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

fomos respondendo que, "*sim era tarde, mas nós nunca pensámos que fosse necessário a A25A tomar a iniciativa de lembrar aos responsáveis da Expo'98 a existência de um acontecimento como o 25 de Abril de 1974...*".

Depois de várias hipóteses abandonadas, por esta ou aquela razão, fomos parar, mais uma vez, a um espaço exterior ao recinto da Expo'98. Com a vantagem de este estar *perto* de um local de passagem de muitas pessoas que, *com uma boa informação*, poderiam ser levadas a visitar a exposição. Com efeito, a galeria da *Estação do Oriente*, junto a uma das suas entradas térreas, permitia-nos alguma esperança. Por isso, aceitámos a oferta e a boa vontade da G.I.L. e avançámos para a organização da exposição.

Lamentavelmente, mais uma vez surgiram problemas, que nos dificultaram a acção. E se o atraso nas obras, que provocou o atraso na abertura da exposição, não podia ser evitável, já as dificuldades que tivemos no acesso ao local poderiam ter sido ultrapassadas se a A25A e a sua exposição tivessem tido um tratamento adequado por parte dos responsáveis da Expo'98. Bastava que a referida exposição tivesse tido tratamento igual ao que teria, no que se refere a acreditações e livre trânsito, se estivesse implantada no recinto da Expo'98. O que nos permite, novamente, levantar a questão de se assumir dignamente o 25 de Abril (mas como, até no que refere a outras iniciativas da Expo'98 evocativas do 25 de Abril, a A25A só sabe o que a comunicação social tem referido, nomeadamente quanto a uma ópera que se diz ter sido produzida para evocar o 25 de Abril...).

Quanto à exposição, ela foi inaugurada no dia 9 de Junho e poderá ser visitada entre as 9 e as 23 horas, durante o período da Expo'98.

Sob o tema a "*A semana que libertou Portugal*", a exposição teve como coordenador o Nuno Santa Clara Gomes, como produtor e realizador o José Fernandes, e como apoiantes nos textos e pesquisa histórica o Aniceto Afonso e o Carlos Matos Gomes.

A todos, bem assim como aos restantes colaboradores contratados, os nossos agradecimentos, pelo trabalho desenvolvido e pelos resultados alcançados.

A exposição só se justificará (só se poderá dizer que valeu a pena) se for visitada.

Por isso, não hesitem. Visitem a exposição e divulguem-na, para que muitos e muitos a visitem também (a entrada é livre, não é necessário qualquer bilhete, nem sequer o da entrada na Expo'98).

Contamos convosco, para dar vida à nossa exposição na Expo'98.

Vasco Lourenço

UMA CHAIMITE CHAMADA ABRIL

Por sugestão do José Fernandes, avançou-se para a organização de uma *animação de rua*, com base na transformação de uma Chaimite num meio multimédio de audiovisual.

Obtida a colaboração do Senhor Ministro da Defesa Nacional (cedência da Chaimite, com as transformações necessárias), obtida a colaboração da Câmara Municipal de Lisboa (cedência de subsídio que nos permitiu a aquisição de meios audiovisuais e a contratação dos intervenientes na animação de rua), obtida a colaboração do Helder Costa, para o desenvolvimento da ideia original do José Fernandes, avançou-se para a sua concretização. Que se verificou no dia 25 de Abril, no Largo do Martim Moniz, a seguir à manifestação da Avenida da Liberdade, com a presença de muitas centenas de pessoas.

Aqui ficam os nossos agradecimentos a todos os que nos permitiram mais esta jornada comemorativa do 25 de Abril e nos possibilitaram a posse de um novo instrumento para futuras comemorações.

Como primeira acção, a Chaimite está na exposição do 25 de Abril na EXPO'98, sendo um elemento fundamental na sua divulgação.

Vasco Lourenço

PEDIDOS DE REPRESENTAÇÃO NAS COMEMORAÇÕES DO XXIV ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA (Sessão Solene)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA DE PERA (Sessão Solene)

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DO FORTE DA CASA - (Sessão Solene)

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DOS ANJOS - (Sessão Solene)

ASSEMBLEIA MUNJCIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ - (Sessão Solene)

ASSOCIACÃO TRABALHADORES ESTUDANTES ESCOLA SECUNDÁRIA AVELAR BROTERO - COIMBRA - (Debate)

ASSOCIACÃO GOLTZ CARVALHO - FIGUEIRA DA FOZ - (Debate)

ASSOCIAÇÃO LOPES GRAÇA - (Concerto)

CÂMARA MUNICIPAL DA HORTA (Sessão Solene)

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA - PELOURO DA JUVENTUDE (Debate)

CÂMARA MUNICIPAL DE ALJUSTREL - (Debate)

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA - (Sessão Solene)

CÂMARA MUNICIPAL DE ARGANIL - (Convívio)

CÂMARA MUNICIPAL DE BEJA - (Debate)

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO DE VIDE - (Convívio)

CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA (Descerramento de placa toponímica)

CÂMARA MUNICIPAL DE CORUCHE - (Debate)

CÂMARA MUNICIPAL DE FARO - (Convívio)

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA GABINETE TOXICODEPENDÊNCIA - (Inauguração de exposição)

CÂMARA MUNICIPAL DE MONCHIQUE - (Debate)

CÂMARA MUNICIPAL DE MORA - (Convívio)

CÂMARA MUNICIPAL DE OUREM - (Debate)

CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE - (Debate)

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM - (Sessão Solene)

CÂMARA MUNICIPAL DE SESIMBRA - (Sessão Solene)

CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS - (Debate)

CÂMARA MUNICIPAL DO MACHICO - (Convívio)

CENTRO CULTURAL 25 DE ABRIL - BRASIL - (Convívio)

CLUBE MILITAR NAVAL - (Sessão Solene)

CLUBE PRAÇAS DA ARMADA - (Convívio)

CLUBE RECREATIVO E DESPORTIVO ARMADORENSE - LISBOA (Convívio)

CLUBE SARGENTOS DA ARMADA - (Convívio)

COMISSÃO CONCELHIA DO PCP DE SEIA - (Convívio)

COMISSÃO CONCELHIA DO PCP DE GRÂNDOLA (Convívio)

COMISSÃO DAS COMEMORAÇÕES POPULARES DO 25 DE ABRIL EM SANTARÉM - (Convívio)

COMISSÃO DE TRABALHADORES DA ANA - (Convívio)

COMISSÃO DE TRABALHADORES DA C.G.D. - (Convívio)

COMISSÃO PROMOTORA DAS COMEMORAÇÕES EM FORNOS DE ALGODRES - (Convívio)

COMISSÃO PROMOTORA DO ALMOÇO COMEMORATIVO DO 25 DE ABRIL NA GUARDA - (Convívio)

COMISSÃO PROMOTORA DOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA - (Convívio)

ESCOLA SECUNDÁRIA PROF. HERCULANO DE CARVALHO LISBOA - (Debate)

ESCOLA 1° CICLO DE OEIRAS N° 2 - (Debate)

ESCOLA 2°-3° CICLO EB MARTINHO CASTELO BRANCO PORTIMÃO - (Debate)

ESCOLA BÁSICA 1,2,3 JI DE PARDILHÓ - (Debate)

ESCOLA BÁSICA 1,2,3 LAGARES DA BEIRA - (Debate)

ESCOLA BÁSICA 2,3 ANTÓNIO SÉRGIO - CACÉM - (Debate)

ESCOLA BÁSICA 2,3 CUNHA RIVARA - ARRAIOLOS - (Debate)

ESCOLA BÁSICA 2,3 MESTRE DOMINGOS SARAIVA - ALGUEIRÃO (Debate)

ESCOLA BÁSICA 2,3 PROF. AGOSTINHO DA SILVA CASAL DE CAMBRA - (Debate)

ESCOLA BÁSICA 2,3 RAINHA D. LEONOR DE LENCASTRE S. MARCOS - (Debate)

ESCOLA C+S DE PATAIAS (Debate)

ESCOLA DE ALCOBERTAS - RIO MAIOR - (Debate)

ESCOLA E B 2,3 DOM PAIO PIRES CORREIA - TAVIRA - (Debate)

ESCOLA EB 2,3 DE LOURES N°1 205 Y - (Debate)

ESCOLA EB 2,3 S S.JOÃO DE PORTEL - (Debate)

ESCOLA SECUNDÁRIA MARIA AMÁLIA VAZ DE CARVALHO LISBOA (Debate)

ESCOLA SECUNDÁRIA ANTÓNIO GEDEÃO - COVA DA PIEDADE (Debate)

ESCOLA SECUNDÁRIA CASTRO VERDE - (Debate)

ESCOLA SECUNDÁRIA DAVID MOURÃO FERREIRA - LISBOA (Debate)

ESCOLA SECUNDÁRIA DE SOURE - (Debate)

ESCOLA SECUNDÁRIA DO ALTO SEIXALINHO - (Debate)

ESCOLA SECUNDÁRIA DOS ANJOS - LISBOA - (Debate)

ESCOLA SECUNDÁRIA EÇA DE QUEIROZ - LISBOA - (Debate)

ESCOLA SECUNDÁRIA INÊS DE CASTRO - ALCOBAÇA - (Debate

ESCOLA SECUNDÁRIA PASSOS MANUEL - LISBOA - (Debate)

ESCOLA SECUNDÁRIA STUART CARVALHAIS - MASSAMÁ (Debate)

ESCOLA SECUNDÁRIA VITORINO NEMÉSIO - LISBOA - (Debate)

ESCOLAS N°s 1 E 2 DO BARREIRO - (Debate)

FEDERAÇÃO REGIONAL DE LISBOA - ASSOCIACÃO DE PAIS (Convívio)

GRUPO SPORTIVO ADICENSE - (Convívio)

CEDÊNCIA DE MATERIAL PARA EXPOSIÇÕES NAS COMEMORAÇÕES DO XXIV ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES/ESTUDANTES DA ESCOLA SECUNDÁRIA AVELAR BROTERO - COIMBRA

CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES DIV. EDUCAÇÃO E JUVENTUDE

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

CÂMARA MUNICIPAL DE OUREM

CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES DE COURA

CÂMARA MUNICIPAL DO ALANDROAL

CLUBE RECREATIVO BOBADELENSE

COMISSÃO ORGANIZADORA DAS COMEMORAÇÕES DO CONCELHO DE ALMEIDA

COMISSÃO PROMOTORA DO ALMOÇO COMEMORATIVO 25 DE ABRIL NA GUARDA

DELEGAÇÃO DO CANADÁ DA A25A

ESCOLA 1° CICLO DE ALCOBERTAS

ESCOLA 2° E 3° CICLOS DO ENSINO BÁSICO DE PORTIMÃO

ESCOLA BÁSICA 1,2,3 JI DE PARDILHO

ESCOLA BÁSICA 2, 3 DE ANGRA DO HEROÍSMO

ESCOLA BÁSICA 2,3 DE VILA DO BISPO

ESCOLA BÁSICA 2° E 3° CICLOS DO ALTO DO MOINHO - LOURES

ESCOLA BÁSICA DO NORDESTE DO PORTO DA CRUZ

ESCOLA C+S DE VILA NOVA DE BARQUINHA

ESCOLA E B 2,3/ES DE CUNHA RIVARA ARRAIOLOS

ESCOLA EB 1,2,3 DE OLIVEIRA DE FRADES

ESCOLA EB 2 E 3 DE AGUIAR DA BEIRA

ESCOLA EB 2,3 DE INÊS DE CASTRO

ESCOLA EB 2,3 - N°1 205Y DE LOURES

ESCOLA EB 2,3 D. JOÃO DE PORTEL

ESCOLA SECUNDÁRIA D. SANCHO I DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

ESCOLA SECUNDÁRIA DO ALTO DO SEIXALINHO

ESCOLA SECUNDÁRIA MANUEL DA FONSECA

GRUPO DE PORTUGUESES NA ALEMANHA

GRUPO TEATRO CÉNICO DE S. PEDRO DO SUL

JUNTA DE FREGUESIA DA MOITA

JUNTA DE FREGUESIA DE ERMIDAS - SADO - SANTIAGO DO CACÉM

JUNTA DE FREGUESIA DE MAÇUSSA ALCOENTRE

L' ACRÓPOLE ROUGE ESPAÇO ARTE CULTURA -AMADORA

MORAVIA- ASSOCIAÇÃO JUVENIL DE MOREIRA DE CÓNEGOS

PEDRO PIMPÃO POMBAL

VIL'ARTES - ASSOCIAÇÃO DE INICIATIVAS CULTURAIS DE VILA NOVA S. BENTO

PEDIDOS DE REPRESENTAÇÃO NAS COMEMORAÇÕES DO XXIV ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL *(Continuação)*

INTER REFORMADOS DE LISBOA - (Debate)

JOSÉ MARQUES CURADO - ALHANDRA - (Convívio)

JUNTA DE FREGUESIA DA DAMAIA - (Inauguração de exposição)

JUNTA DE FREGUESIA DA PAREDE - (Sessão Solene)

JUNTA DE FREGUESIA DA PONTINHA - (Sessão Solene)

JUNTA DE FREGUESIA DA AMEIXOEIRA - (Convívio)

JUNTA DE FREGUESIA DA BAIXA DA BANHEIRA - (Sessão Solene)

JUNTA DE FREGUESIA DA BOBADELA - (Sessão Solene)

JUNTA DE FREGUESIA DA PONTINHA - (Debate)

JUNTA DE FREGUESIA DA REBOLEIRA - (Convívio)

JUNTA DE FREGUESIA DA VENTEIRA - (Convívio

JUNTA DE FREGUESIA DE MONTE ABRAÃO - (SessãoSolene)

JUNTA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA - (Convívio)

JUNTA DE FREGUESIA DE ALHANDRA - (Convívio)

JUNTA DE FREGUESIA DE CARNAXIDE (Sessão Solene)

JUNTA DE FREGUESIA DE MATOSINHOS - (Exposição fotográfica)

JUNTA DE FREGUESIA DE MONTARGIL - (Convívio)

JUNTA DE FREGUESIA DE PAÇO DE ARCOS - (Sessão Solene)

JUNTA DE FREGUESIA DE PROENÇA-A-NOVA - (Convívio)

JUNTA DE FREGUESIA DE QUELUZ - (Debate)

JUNTA DE FREGUESIA DE S. DOMINGOS DE RANA - (Sessão Solene)

JUNTA DE FREGUESIA DE S. LOURENÇO AZEITÃO - (Convívio)

JUNTA DE FRECUESIA DE STa. CATARINA - (Convívio)

JUNTA DE FREGUESIA DO LAVRADIO - (Sessão Solene)

JUNTA DE FREGUESIA DO LUMIAR - (Convívio)

JUNTA DE FREGUESIA DO LUMIAR - (Inauguração parque Infantil)

PARTIDO SOCIALISTA (SECÇÃO DO LARANJEIRO) - (Convívio)

RÁDIO LEZÍRIA - VILA FRANCA DE XIRA - (Entrevista)

SINDICATO DOS TRABALHADORES DOS SEGUROS DO SUL E REG. AUTÓNOMA - (Convívio)

SINDICATO DOS PROFESSORES DA REGIÃO CENTRO - (Debate)

TERRAS DENTRO DE ALCÁÇOVAS - (Debate)

UNIVERSIDADE INDEPENDENTE - LISBOA - (Debate)

COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL NO NORTE

JANTARES COMEMORATIVOS DO 25 DE ABRIL

Com a organizaçao conjunta da nossa Associação e do Clube de Sargentos do Exército teve lugar em 18 de Abril no Hotel Tuela-Porto o nosso jantar comemorativo, com a presença de quase uma centena de pessoas, entre sócios, familiares e amigos das duas Instituições.

Foi mais uma jornada de exaltação do 25 de Abril, em que usaram da palavra os Presidentes das Direcções das duas entidades organizadoras.

Para terminar, e antes de se partir o bolo com o emblema da A25A e brindarmos com espumante, aconteceu o momento alto da noite com a actuação dos nossos convidados e amigos Carlos Alberto Moniz e João Fanha, que com a sua música e poesia nos encantaram. Belo momento, que culminou com o entoar em coro da "Grândola Vila Morena".

Também como vem sendo tradição, teve lugar no dia 25 de Abril no Hotel da Penha - Guimarães, o jantar de confraternização de oficiais e suas famílias que decorreu com o ritual habitual, embora com menor número de presenças que em anos anteriores.

CONVITES E REPRESENTAÇÕES

Ano após ano têm-se vindo a ampliar as solicitações para que a nossa Associação se faça representar em vários locais onde se comemora Abril. Assim, cada vez são maiores as nossas dificuldades para responder a essas solicitações pois somos poucos a desempenhar essa tarefa e a disponibilidade de tempo de cada um é limitada. É motivo de orgulho esse facto mas precisamos que mais consócios manifestem a sua disponibilidade para ajudar a Direcção nessas representações.

É uma actividade gratificante que não podemos perder.

Segue-se a lista das entidades que nos convidaram:

Representações e Apoios desta Delegação

- Ponte da Barca
- Escola C+S de Lourosa
- Escola EB 2.3 de Souselo
- ADFA - Porto
- Escola secundária Cal Brandão
- Associação Juvenil Olho Vivo
- Junta de Freguesia de Sta. Maria Maior - Chaves
- Inatel - Porto
- Junta de Freguesia de Avintes
- Inauguração da exposição de pintura de Eduarda Castro - Junta de Freguesia S. Mamede de Infesta
- PS - Secção de S. Mamede de Infesta
- Junta de Freguesia de Oliveira do Douro
- Estaleiros Navais de Viana do Castelo
- Junta de Freguesia de Custóias
- Escola EB 2.3 da Corga - Sta. Maria da Feira
- Comissão do 25 de Abril - Valença
- Escola secundária 9482 do Padrão da Légua
- Comissão Promotora das Comemorações Populares 25 de Abril - Trofa
- Escola C+S de Gueifães
- Sindicato dos Bancários da Zona Norte
- Junta de Freguesia de Sta. Marinha
- Assembleia Municipal de Baião
- Comissao Promotora das Comemorações Populares do 25 de Abril - Porto
- Exposição fotográfica de Alfredo Cunha "O dia de Salgueiro Maia" - C.M. de Matosinhos
- Lançamento do livro "Braga a cidade proibida" de Iva Delgado - Braga

Em todos estes locais houve a presença de elementos da A25A, com excepção das Comemorações Populares na Trofa, para a qual foi enviada mensagem.

Foram fornecidas dezenas de cartazes a muitas outras Escolas, para a realização de exposições.

CICLO DE DEBATES "NOS 50 ANOS DOS DIREITOS DO HOMEM" – direitos em conflitos

Subordinados ao tema genérico acima referido decorreram na Sede da nossa Delegação os seguintes debates:

Em 4 de Abril com o sub-tema "**O ABORTO E O DIREITO À VIDA**", em que foram convidados a Dra. Manuela Tavares (Dirigente da UMAR), Frei Bernardo (Frade Dominicano) e Dra. Conceição Cunha (Professora da Universidade Católica do Porto), sendo moderador o nosso consócio Dr. Artur Costa (Procurador Geral Adjunto);

Em 18 de Abril com o sub-tema "**OS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E OS DIREITOS DO CIDADÃO**", em que foram convidados o Dr. Júlio Carneiro Pereira (Sub-Director do SIS) e o Dr. Garcia Pereira (Advogado), sendo moderador o nosso consócio, o Major Marques Júnior (Deputado independente pelo Grupo Parlamentar do PS);

Em 9 de Maio com o sub-tema "**O NUMERUS CLAUSUS E O DIREITO À EDUCAÇÃO**", em que foram convida-dos o Dr. Francisco Assis (Presidente do Grupo Parlamentar do PS), o estudante Ricardo Almeida (Presidente da Federação Académica do Porto), sendo moderador o nosso consócio Dr. João Magalhães (Professor e mestre de Filosofia).

Os debates, embora não muito concorridos, pois a própria exiguidade do espaço não o permitia, correram com muita vivacidade e interesse, tendo os temas em questão patenteado real actualidade.

Foi também uma forma de comemorar ABRIL.

AVISO

Avisam-se todos os sócios e amigos da Associação que a partir de 02/06/98 a Delegação do Norte da Associação 25 de Abril, sita às escadas do Barredo, 120-r/c Esq., na cidade do Porto, passou a ter o seguinte horário de funcionamento e atendimento aos sócios e público em geral:

3.ª a 6.ª feira: 18H00 às 20H00 Sábado: 13H030 às 20H00
Domingo, feriados e 2.ª feira: Encerrada

Informa-se também que o telefone/fax da mesma é o 203 11 97 da rede do Porto e o endereço postal é apartado 4678 – 4012 PORTO CODEX

ESPERAMOS PELA SUA VISITA

HOMENAGEM AOS MARINHEIROS TARRAFALISTAS

No Auditório Lopes Graça, do Forum Romeu Correia, em Almada, realizou-se finalmente a tão almejada sessão de homenagem aos Marinheiros Tarrafalistas. Quando? Somente a 30 de Abril deste ano, vinte e quatro anos depois do 25 de Abril!

Mas não foi uma sessão envergonhada; antes, em boa hora a comissão promotora conseguiu reunir personalidades, pessoas simples que gostam da marinha e, naturalmente, o *maralhal* que encheu completamente o recinto, deixando a *nave a arfar*, como nos bons velhos tempos. Visto do *traquete*, foi impressionante olhar a atenção, o silêncio e a emoção que enquadravam o ambiente, entrecortados pela *maré enchente* dos aplausos vibrantes quando o *marinheiro-orador* repicava nalguma passagem mais apelativa ou apontava factos menos conhecidos, revoltantes.

Aberta a sessão pelo deputado João Amaral, Vice-Presidente da A.R., em substituição do Presidente da Assembleia da República, retido por motivos de agenda sobrecarregada, logo o porta-voz da comissão promotora, Custódio de Jesus, visando enaltecer o "reconhecimento pelo acto de coragem e generosidade, que tiveram os jovens de então e a reparação de uma dívida de gratidão", disse ao que vinham:

– Historiar a passagem de um projecto com várias propostas a um verdadeiro "Programa de Homenagem", após os apoios recebidos;

– Diligenciar junto da Presidência da República para que sejam condecorados todos os participantes da revolta, nas pessoas dos marinheiros vivos, pelo Sr. Presidente da República (efectuado);

– Solicitar artigos sobre a efeméride em várias publicações;

– Editar um livro ou brochura sobre o evento;

– Efectuar uma exposição e debate no Museu da Resistência;

– Constituir uma comissão de honra para presidir à cerimónia de condecoração e ao encerramento da homenagem;

– Realizar um almoço de encerramento;

– Editar uma medalha (já disponível para venda);

– Abrir uma conta na C.G. Depósitos para apoio das iniciativas para quem deseje colaborar na homenagem (já a funcionar);

– Realizar a sessão que ora tem lugar.

* Todas as iniciativas não assinaladas terão lugar em Setembro.

Visto do *traquete*, foi impressionante olhar a atenção, o silêncio e a emoção que enquadravam o ambiente, entrecortados pela *maré enchente* dos aplausos vibrantes quando o *marinheiro-orador* repicava nalguma passagem mais apelativa ou apontava factos menos conhecidos, revoltantes.

Recordou que "estes marinheiros com o seu acto de coragem e revolta conseguiram, com a sua acção, honrar e engrandecer a Marinha, e, ao mesmo tempo, com a sua luta pela justiça, liberdade e democracia contribuiram, também, para a denúncia e derrube desse regime ditatorial, obscurantista, responsável pelo atraso económico, social e cultural do povo português."

Mensagem recebida. Podem contar connosco – lia-se nos olhos atentos da *guarnição*.

De súbito, ouve-se o apito estridente do *mestre do navio, tocando a sentido*: ia falar o Josué. Fez-se um silêncio impressionante e o pessoal aguentou ansioso as palavras do velho marinheiro tarrafalista, numa postura de respeito e reconhecimento, desde logo, assumida.

De súbito, ouve-se o apito estridente do *mestre do navio, tocando a sentido*: ia falar o Josué. Fez-se um silêncio impressionante e o pessoal aguentou ansioso as palavras do velho marinheiro tarrafalista, numa postura de respeito e reconhecimento, desde logo, assumida.

Para se ficar com uma ideia mais real do motivo que deu lugar à "revolta dos Marinheiros do 8 de Setembro de 1936 convém recuarmos uns quatro meses atrás e verificarmos o seguinte:

As festividades, a 28 de Maio de 1936, para comemorar o 10.º aniversário do Estado Novo tiveram o seu ponto alto na Praça do Comércio que se encheu, diga-se a verdade, com os representantes dos sindicatos fascisados, havia pouco tempo, com os trabalhadores das empresas de Lisboa e arredores obrigados a irem em camionetas fretadas pelos patrões – sendo de imediato despedido todo aquele que recusasse a sua presença, nestas quase raras manifestações de apoio a Salazar.

Eu, como clarim da Armada, fiquei a pouco mais de 20 metros do ditador e comitiva. Permitiu-me assim, observar tudo com nitidez. A Organização Revolucionária Armada, desse tempo, ligada ao Partido Comunista Português (PCP), já tinha uma força considerável na Marinha.

A guarnição do aviso de 1.ª Classe "Afonso de Albuquerque", foi intimada a perfilar-se da poupa à proa, do lado de Estibordo, lado direito, portanto, virado para Lisboa, e com ordem expressa, de mal o navio passasse em frente ao Cais das Colunas todos levantassem os braços, e, em uníssono, dissessem Urra! Na realidade eu vi o navio, graciosamente, passar junto ao

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

Cais das Colunas, com os marinheiros em sentido, quais estátuas, mas nem um braço sequer levantado, nem um Urra sequer se ouviu.

É evidente que a partir de aí a PVDE, mais tarde PIDE, passou a ter debaixo de olho uns quantos marinheiros. No próprio dia em que rebentou a Guerra Civil de Espanha, 18 de Julho de 1936, o "Afonso de Albuquerque" zarpou do Estuário do Tejo rumo ao Sul de Espanha, ainda o Sol não havia nascido. Alegadamente com o fim de trazer todos os portugueses radicados em Espanha, que quisessem, porventura, voltar para Portugal. Acontece que no primeiro porto em que o navio lançou ferro, quem lá mandava era o governo da jovem República Democrática. Era costume, nestas circunstâncias, o pessoal que não estava de serviço, ir para terra determinado tempo. Dessa vez, porém ninguém estava autorizado a sair. Pouco tempo lá estiveram. O porto onde fundearam a seguir já estava ocupado por Franco, e aí, sim, autorização para todos os que quisessem sair. A reacção de toda a Marinhagem não se fez esperar. Um dos marinheiros, ali presente, disse, que uma vez que não o deixaram sair no porto anterior, também não sairia naquele. Quase em simultâneo ouviu-se: eu também, eu também, e na realidade nenhuma praça saiu.

Logo que o navio regressou a Lisboa, mal lançou ferro no Estuário do Tejo, foram de imediato expulsos, da Armada, 17 marinheiros deste navio. Portanto, contrariamente ao que o fascismo sempre quis fazer crer – que a revolta era para entregarmos os navios "Bartolomeu Dias", "Afonso de Albuquerque" e "Dão" à jovem República Espanhola, o nosso objectivo principal era sair à barra e, uma vez fora do alcance dos canhões do Alto do Duque, em Lisboa, e do forte de Almada, fazer um ultimato ao governo no sentido de o convencer a reintegrar, não só os 17 marinheiros expulsos do "Afonso" como a libertar e reintegrar aqueles que já anteriormente tinham sido expulsos e presos ou, de contrário, com o potencial de fogo que tínhamos a bordo escaqueirávamos a Assembleia Nacional fascista, em dois tempos.

Victor Crespo (...) identificou um louvor "à própria coragem, à camaradagem e à solidariedade que os moveram (marinheiros homenageados) e os propósitos de justiça, o amor ao povo e à liberdade que determinaram a sua acção."

Novo toque, agora de *oficial-general ao portaló*, fez convergir as atenções para o CALM Victor Crespo que, associando-se a esta homenagem, nela identificou um louvor "à própria coragem, à camaradagem e à solidariedade que os moveram (marinheiros homenageados) e os propósitos de justiça, o amor ao povo e à liberdade que determinaram a sua acção."

Historiando o enquadramento político que asfixiava o povo português, á época, salientou, desde logo, a estratégia de Salazar:

"Não lhe permitindo o seu conservadorismo retrógrado revelar-se abertamente adepto das ideologias fascistas no plano doutrinal, mas mantendo estreitas ligações e apoiando os seus paladinos e próceres, o ditador usou toda a vasta panóplia de métodos de conservação do poder ao dispor daqueles regimes, sem ter que suportar os custos que a assunção total do poder pelo partido único teria provocado. Pode assim fazer coincidir a parte formal da sua doutrina e dos seus valores com os da igreja católica. Mesmo quando certos objectivos do regime se revelaram contraditórios com os da Igreja, e as suas práticas violavam flagrantemente valores morais defendidos pela igreja, as hierarquias puderam encontrar soluções conciliatórias. Nestas condições o regime pôs ao seu serviço toda a estrutura da Igreja, com toda a sua organização e meios e o poder de toda a sua tradição.

Na Universidade a implantação do regime não foi tão suave. Foi mesmo necessário nalguns casos terem que suportar o escândalo da exoneração de eminentes valores da ciência nacional. E embora em algumas escolas lograsse colaboração, a resistência opôs-se-lhe sempre que a oportunidade de iludir os mecanismos da censura e da repressão o permitiram, ou assumiram mesmo luta aberta."

Continuou, apontando o inimigo principal que o regime seleccionava:

"O ponto de maior convergência, a matéria onde a sua afirmação era mais veemente e a sua propaganda mais incisiva, o seu proselitismo mais exacerbado, era na sua afirmação anticomunista. O partido do ditador afirmava-se pela negativa e procurava assim dar suporte de propaganda e criar ambiente para a acção das polícias que activamente perseguiam os militantes do jovem partido e combatiam a sua acção."

E particularizou o caso da Marinha:

"Para nos apercebermos melhor da situação, devemos atentar no caso da Marinha.

Era ministro da Marinha Ortins de Betencourt. Provavelmente um dos maiores defensores da ideologia fascista existente no governo de então. Introduziu um sistema de promoções e nomeações para lugares dependente de critérios políticos como nunca antes tinha havido na corporação. Utilizou todos os pretextos possíveis para reduzir salários, e regalias e tornar a dura vida da Marinha ainda mais dura em especial para as praças, em moldes que fazem pensar em animosidade pessoal contra a corporação e os seus membros. Havia mesmo na Marinha do seu tempo e aumentou depois da revolta dos marinheiros, uma hostilidade contra tal ministro que fez perdurar a sua memória na história da Marinha como a do pior dirigente que a Marinha alguma vez teve. A completar esta informação devemos acrescentar que era seu chefe de gabinete Américo Tomás e seu ajudante de campo Henrique Tenreiro.

Foi por suas mãos que a polícia política passou a actuar na Marinha, colhendo informações, recrutando informadores, propondo movimentos e sobrepondo os seus critérios aos da própria hierarquia.

Era introduzida assim, por suas mãos numa corporação militar já de si descoesa, a mais grave distorção a que ela pode ser sujeita, a da falta de confiança entre os diversos elementos

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

que a constituem e incapacidade de apreciação de condutas exclusivamente através dos graus hierárquicos. esta ferida de morte a disciplina e a própria essência da organização militar.

É neste quadro político nacional e nesta situação da Marinha que se desenvolve a Organização Revolucionária da Armada, ORA, que agrupava praças conscientes da situação política que o país vivia e em grande parte militantes do partido comunista."

É curioso e oportuno, acerca da liberdade então existente, repescar as palavras de Josué:

"Embora já com 10 anos de existência, o regime ditatorial de Salazar encontrava-se ainda na sua máxima força, reprimindo, sem dó nem piedade, quaisquer gestos contrários ao estabelecido pelo "Estado Novo". Todavia, por mais estranho que vos possa parecer, nos quase 2 anos que estive na Marinha – quer no Alfeite, durante os 3 meses de instrução – em que fizemos dois levantamentos de rancho, quer nas três unidades de guerra onde estive embarcado, existiu sempre uma liberdade, se não maior, pelo menos igual à que temos tido após o 25 de Abril."

Pois era: essa herança provinha dos princípios da 1.ª República, liberal, humanista, tolerante, do papel que a Marinha teve na sua implantação e da própria cultura naval então existente. Mas em 1939 – já os homenageados estavam *arrecadados* – foi promulgada a legislação remuneratória que, aliada à disciplinar, férrea, omnipresente e omnipotente, couraçada com a ameaça imanente do *cagarrão*, mesmo a bordo, transfiguraram o ambiente. Agora, *tossir*, sempre se fez.

Essa herança provinha dos princípios da 1.ª República, liberal, humanista, tolerante, do papel que a Marinha teve na sua implantação e da própria cultura naval então existente.

Novo apito – *olhar à esquerda* – e a assistência preparou-se para ouvir a palavra fácil, a imagem fulgurante e o imaginário rico do jornalista Óscar de Mascarenhas, um grande Amigo dos marinheiros, o qual, pelas bonitas palavras pronunciadas, desde logo, devia ter sido nomeado *cronista-mor da Armada*, tal o enlevo com que a todos envolveu.

São dele estas palavras:

"A Revolta dos Marinheiros surge, para mim e para a minha geração, numa bruma de lenda e imaginário que só muito recentemente me dei conta de ter a sua origem na própria desinformação fascista.

Vejam lá como são as coisas: a propaganda fascista contou, da Revolta dos Marinheiros, uma história mistificada e com intuitos depreciativos – e isso acabou por resultar, aos olhos de quem resistia à ditadura, numa gesta heróica e idealista ímpar.

A garrafa que o fascismo quis esvaziar até meio pareceu, afinal, aos nossos olhos, cheia até metade.

Para os salazaristas, tudo se resumia a uma obscura história de marinheiros que tinham vontade de roubar navios de guerra portugueses para os entregar às forças republicanas envolvidas na Guerra Civil de Espanha. Para nós, que tardámos a saber das verdadeiras razões da revolta, isso apareceu como uma espantosa demonstração de consciência internacionalista por parte dos marinheiros sublevados.

Mas não foi isso que aconteceu. Ou, pelo menos, não foi por isso que aconteceu o que aconteceu.

Aparentemente, foram motivações menos universalistas e menos estratégicas que levaram os marinheiros a revoltar-se. Essencialmente, foi a camaradagem, a solidariedade e a rejeição do autoritarismo déspota das chefias fascistas. A expulsão de 17 marinheiros, no regresso de uma missão a Espanha, levou os restantes, enquadrados politicamente pela Organização Revolucionaria da Armada, integrada no PCP, a partir para formas de luta radicais – e eventualmente, sem retorno..."

...

"A melhor prova de que a ditadura tremeu de medo com o breve gesto dos marinheiros, a melhor evidência da intranquilidade dos fascistas está na repressão que se seguiu. É preciso recordar: a Revolta dos Marinheiros foi protagonizada por jovens dos 17 aos 22 anos. E o regime não hesitou em mandar para o Campo da Morte do Tarrafal jovens de 17 anos!"... "se um regime precisava de mandar morrer em campos de concentração jovens de 17 e 20 anos – é porque estava borrado de medo! Sem tirar nem pôr, borrado de medo.

Nem que fosse só para o demonstrar, já teria valido a pena a Revolta dos Marinheiros.

Mas serviu para muito mais. Serviu para dar continuidade à ligação entre os marinheiros e o povo, para os fundir nos ideais e anseios comuns. A revolta foi dominada, mas não sufocada: continuou a soprar um alento de liberdade e de inconformismo na Marinha, por força e insubmissão dos marinheiros.

Muitos anos depois, em plena guerra colonial, o regime haveria de continuar a olhar com intranquilidade para a Armada. No conjunto dos ramos das Forças Armadas, a Marinha manteve-se sempre menos íntima do fascismo, menos visita lá de casa."

A questão das fontes na historiografia e de como a narração dos factos dela deriva, foi tema referenciado por Óscar

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

Mascarenhas, como por quase todos os intervenientes. De facto (digo eu), compreende-se que "o Prisma único" pelo qual estudaram várias gerações de estudantes, decalcasse a versão oficial; que alguns livros de História, publicados depois do 25 de Abril, retomem a versão do "roubo e fuga para Espanha", já pouco se entenderá. Agora, que na noite da homenagem, a televisão do Estado, presente na sessão, e, após a passagem de algumas imagens, pratique o mesmo discurso, é coisa já muito estranha e inquietante.

Que alguns livros de História, publicados depois do 25 de Abril, retomem a versão do "roubo e fuga para Espanha", já pouco se entenderá. Agora, que na noite da homenagem, a televisão do Estado, presente na sessão, e, após a passagem de algumas imagens, pratique o mesmo discurso, é coisa já muito estranha e inquietante.

Talvez devido à patente injustiça é falta de rigor da História para com estes homens, talvez pela admiração que sempre desperta o seu discurso rigoroso, a verticalidade e coerência de princípios, quando o Mestre apitou "*Pessoal estende pelas vêrgas*", todas as cabeças procuraram frestas de visão, as faces iluminaram-se com um sorriso acolhedor e um sussurro de expectativa percorreu a assistência: ia falar o Dr. Álvaro Cunhal, membro do comité central do P.C.P., à época dos acontecimentos.

Num improviso selectivo e lúcido, começou por precisar que a sua intervenção não era meramente opinativa mas um verdadeiro testemunho.

E continuou:

"Hitler, que tomara o poder em Janeiro de 1933, multiplicava as ameaças e preparava a guerra.

A Itália fascista aliada a Hitler desencadeara a guerra de conquista da Abissínia. O VII Congresso da Internacional Comunista realizado em Moscovo no Verão de 1935 apontara como objectivo central do movimento comunista e de todas as forças democráticas a luta contra o fascismo e a ameaça que fazia pairar sobre o mundo. Na concretização desta orientação, uniam-se as forças democráticas, constituiram-se, ganharam as eleições e formaram governo Frentes Populares em França e em Espanha. Criava-se justificada esperança de fazer frente com êxito ao fascismo."

É claro que a ditadura atacou e "o Partido Comunista Português sofreu o mais duro golpe da repressão que nessas circunstâncias poderia ter ocorrido": os camaradas do secretariado são todos presos.

Álvaro Cunhal foi encarregado, perante a situação, de ir a Espanha a fim de transmitir à Internacional Comunista e a F. P. de Oliveira, entretanto designado para o novo secretariado, a nova problemática e a necessidade do regresso daquele dirigente. A prisão de Manuel Guedes, marinheiro e dirigente da ORA e de Pires Jorge, presos em Espanha, por porte de arma não autorizado, e enviados para a prisão de Cáceres, fez que, a A. C. fosse atribuída a missão, ainda, de, com o apoio do PCE e do seu grupo parlamentar, tentar conseguir a libertação daqueles camaradas. Antes de seguir para Espanha, A.C. foi também encarregado de ter um encontro com os dirigentes da ORA cujo testemunho se transcreve, na parte essencial, pela sua importância histórica:

"Antes de seguir para Espanha coube-me, pela Direcção do Partido, ter um encontro com os camaradas dirigentes da ORA.

Os camaradas da ORA, confirmando o que haviam tratado com outros camaradas da Direcção do Partido, expuseram a situação. No movimento democrático fervilhavam, por influência das vitórias antifascistas em França e Espanha, ideias de um golpe armado para derrubar o fascismo. Os camaradas consideravam estar em condições de desempenhar em tal caso importantíssimo papel tomando conta do "Afonso de Albuquerque" e de outros navios de guerra.

Viam por isso com impaciência estar o governo a tomar medidas que ameaçavam seriamente a ORA.

Encaravam mesmo a possibilidade de, na parada da Marinha de Guerra que costumava realizar-se na baía de Cascais e à qual Salazar e membros do governo assistiam a bordo do "Afonso de Albuquerque", tomarem conta do navio e prenderem Salazar, os ministros e acompanhantes.

Tal operação inserida numa revolta de outras unidades militares poderia ser determinante. Mas, sendo isolada, apresentava-se cheia de justificadas dúvidas.

De qualquer forma, era muito arreigada nos camaradas a determinação de uma revolta, dando um ultimato ao governo antes que o governo conseguisse destruir a ORA.

Esta determinação anterior ao golpe de Franco e à guerra civil de Espanha desmente a ideia, que tem sido espalhada, e logo o foi pelo próprio Salazar, de que a revolta de 8 de Setembro se deu porque os marinheiros comunistas queriam levar os barcos a juntar-se às forças armadas da República espanhola contra a subversão fascista."

Depois de indicar mais alguns factos e movimentações que completam o quadro então vivido, Álvaro Cunhal terminou a sua intervenção com palavras de "lembrança e gratidão" para com os marinheiros revoltosos, vivos e mortos, cuja abnegação

"é estímulo para a luta presente e para a futura, na defesa e aprofundamento e reforço das liberdades, da democracia, da independência e soberania de Portugal."

Mas não somente do passado se falou nesta sessão, porque "tudo liga com tudo" e sempre vem à memória B. Brecht, quando se começa por injustiças e não se sabe onde se acaba.

Já Custódio Jesus afirmava:

"Estes seis marinheiros, com os quais ainda temos o prazer de conviver, depois do 25 de Abril, foram reintegrados na Marinha com o posto de cabo, conjuntamente com mais 22 camaradas, e após frequência de cursos, foram todos, com a excepção de um, a sargento ajudante.

Já em sargentos, alguns quiseram frequentar o curso de formação a oficial ao abrigo da legislação que os reintegrou DL 173/74, mas não lhes foi permitido."

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

E continuou:

"Dos duzentos envolvidos na revolta, muitos foram feridos e cinco morreram logo ali, 92 foram julgados, 10 foram absolvidos e 82 condenados com penas variáveis, entre os 2 e 16 anos de prisão, dos quais, 34 jovens foram deportados para Cabo Verde, tendo inaugurado, o tristemente Campo de Concentração e de morte do Tarrafal, onde lá, mais cinco, morreram."

Pois bem:

"Hoje, também, alguns tentam branquear o regime que fez de Portugal o país mais atrasado da Europa, que durante mais de treze anos manteve, nas Colónias Portuguesas em África, uma guerra contra a corrente da História, onde morreram milhares de cidadãos portugueses e africanos, e outros milhares ficaram estropiados e deficientes;

Que criou e alimentou campos de concentração e uma polícia política – a PIDE –, cuja organização e actividade era a perseguição, a tortura, e o assassinato.

Em que elementos dessa polícia recebem pensões, por altos e relevantes serviços prestados à Pátria, e outros, com mandatos de captura, por terem assassinado Humberto Delgado, "O General Sem Medo", se passeiam tranquilamente pelas nossas cidades."

Também Josué Romão não conteve a sua tristeza e indignação:

"Injustiças sobre nós praticadas por um regime ditatorial foram mais que muitas, sem dúvida, mas a maior parte e mais ignomiosa injustiça praticada não só sobre mim mas também sobre a maioria do nosso povo, foi aquela que um governo dito Social e Democrata fez ao conceder pensões vitalícias não a um vulgar polícia do antigo regime mas sim a dois graduados da ex-Pide."

Foi com *três vivas e bonés ao alto* que a *guarnição* acompanhou a proposta de Óscar Mascarenhas, feita à Presidente da Câmara Municipal de Almada, também presente, da criação, em espaço da autarquia, do "monumento de gratidão aquele que tem sido, ao longo da sua história, o seu mais autêntico filho fardado o Marinheiro Desconhecido."

Por outro lado, Óscar Mascarenhas tem reservas quanto à supressão constitucional do serviço militar obrigatório, partindo, de alguma forma, da vigilância popular através do exercício desse dever-direito e da inserção do povo nas forças armadas:

"A chamada profissionalização das Forças Armadas, truncada dos direitos associativos inerentes a todos os profissionais não rasga nenhum horizonte de esperança.

Militares desenraizados na sociedade que se ajuramentam defender; militares cerceados no exercício da camaradagem entre si pela inexistência de estruturas associativas e de defesa mútua – eis um quadro que Salazar adoraria ver e que, paradoxalmente, vai sendo pintado pelo regime democrático.

Espanta pois, que em plena democracia, haja quem, por razões meramente eleitoralistas e economicistas aposte em colocar povo e Forças Armadas de costas voltadas. Povo e Forças Armadas que, só porque souberam dar-se as mãos, puderam recuperar a liberdade e resgatar a dignidade.

É uma batalha terrivelmente longa e fria que temos pela frente: a batalha do convencimento, o combate das ideias. Não se pode cruzar os braços nem considerar uma inevitabilidade o rumo que as Forças Armadas estão a levar por decisão de quem tem o poder político.

Para essa longa batalha, não precisamos de recuperar os gestos e os actos dos marinheiros de 36. Mas não nos ficaria mal absorver deles o espírito, a insubmissão, o inconformismo, a recusa."

Finalmente, mas como fecho condigno da sessão foi com *três vivas e bonés ao alto* que a *guarnição* acompanhou a proposta de Óscar Mascarenhas, feita à Presidente da Câmara Municipal de Almada, também presente, da criação, em espaço da autarquia, do "monumento de gratidão aquele que tem sido, ao longo da sua história, o seu mais autêntico filho fardado o Marinheiro Desconhecido."

E esclareceu:

"O Soldado Desconhecido celebra o homem do povo, anónimo, levado para a morte numa guerra que tanto pode ter sido a sua – como pode mesmo ter sido contra os seus. O Marinheiro Desconhecido de que falo é o filho do povo que dedicou toda a sua vida ao serviço de duas lutas: contra os elementos, na faina do mar; e contra a repressão, enquanto povo fardado.

O Soldado Desconhecido é lembrado pela sua morte. O Marinheiro Desconhecido quer-se lembrado pela sua vida.

O Soldado Desconhecido foi carne para canhão. O Marinheiro Desconhecido foi aquele que sempre quis saber para quem apontava o canhão. E que disse não quando discordou da pontaria."

"Rendida" perante a força dos argumentos, a prestigiosa edil, Maria Emília de Sousa, manifestou, desde logo, disponibilidade para apresentar uma proposta ao colectivo municipal prometendo apoiá-la, pois não tinha dúvidas sobre o merecimento e oportunidade da iniciativa, à qual se associou.

O convívio prolongou-se, ainda, após o encerramento da sessão solene, a propósito de um simbólico beberete que a autarquia gentilmente ofereceu e que proporcionou reencontros muito amistosos.

"Vivam os marinheiros revoltosos de 8 de Setembro de 1936."

Elementos coligidos por Vieira Nunes
C.M.G. /RF)

ALCÁÇOVAS

Por ocasião da sua visita alargada ao Alentejo, quis o Senhor Primeiro Ministro homenagear os *capitães de Abril*.

Nesse sentido, sabendo que eu fora o coordenador da organização da reunião de 9 de Setembro de 1973, contactou-me para que visse da possibilidade de um grupo representativo dos que nesse ano ali lançaram *o movimento dos capitães* jantar com ele no Monte Sobral.

Concordante com a ideia, uma questão se me levantou: que critérios utilizar, para reduzir o número dos que então lá tinham estado (136) ao número agora desejável (cerca de 15). Decidi-me por juntar aos principais organizadores de 73, elementos idos das Escolas Práticas de Artilharia e Cavalaria (a de Infantaria estava representada naquelas), um que tivesse ido do Norte, outro do Centro e outro do Sul), o menos graduado de então e o único oriundo de miliciano *(espírito)* presente. A que decidi juntar um actual membro da direcção da A25A e o actual Comandante da PSP de Évora, para além do genro do Celestino Garcia, que então nos cedeu as instalações.

Foi uma jornada de convívio, onde, para além da homenagem pública que o Senhor Primeiro Ministro prestou aos militares de Abril (afirmando claramente que apenas a nossa acção lhe possibilitou ser Primeiro Ministro), pela liberdade e democracia alcançadas para Portugal, o mesmo ouviu dos presentes muitas das preocupações existentes. Nomeadamente, no que se refere à marginalização e à injustiça de que muitos foram alvo, na sequência da evolução do processo democrático. Tendo ficado assente que, no âmbito das comemorações dos 25 anos do 25 de Abril para as quais o Primeiro Ministro está fortemente sensibilizado e pretende a participação activa e decisiva dos militares de Abril – se procurariam encontrar algumas soluções, no sentido de fazer face a situações de todo em todo inaceitáveis.

Apesar de não ter havido intervenções formais, dado o espírito de franca confraternização que se viveu, decidi publicar a intervenção que havia preparado e que me serviu de base à intervenção final que aí tive.

E SÃO PASSADOS 25 ANOS.

Há precisamente um quarto de século andavam alguns de nós a recolher assinaturas para o que viria a ser como que uma "pré temporada" ou um "estágio" para a conspiração que se seguiria e desembocaria, em boa hora, no 25 de Abril de 1974.

Proibidos de participar no chamado "Congresso dos Combatentes", que o poder fascista e colonialista lançara com conclusões previamente definidas, organizámos um abaixo assinado para nos desvincularmos, também previamente e através de posição pública, das conclusões que viessem a ser tiradas...

Os resultados não podiam ter sido melhores para as nossas intenções, criando-se fundamentalmente uma primeira consciência de que o poder não era inatacável, não era inexpugnável, era, pelo contrário, vulnerável e frágil. Consciência que seria fundamental quando, passado um mês e meio, o governo aprova medidas tendentes a resolver-lhe a falta de quadros militares médios, fundamentais para a continuação da sua política, que passava por uma intensificação do esforço de guerra.

As naturais reacções, de natureza mais corporativa que política, encontram assim um campo arável e propício aos mais atentos e conscientes.

Foi aí que um grupo de jovens oficiais decide avançar com uma primeira prova de força que, ao mesmo tempo, servisse de lançamento para um movimento de maior amplitude.

Conscientes dos perigos, certos de que teriam de enfrentar a reacção do poder, com consequências porventura mais ou menos drásticas, mas também confiantes nas fragilidades desse mesmo poder e nas suas próprias capacidades, avançam para a organização de uma reunião alargada, aberta aos capitães e subalternos do Exército, das armas ditas combatentes (porque eram os directamente atingidos).

E foi assim que em 9 de Setembro de 1973 nos reunimos aqui, neste Monte Sobral, que o Dinis de Almeida pediu emprestado ao seu primo Celestino Garcia. Permitam-me que, neste momento, evoque a memória do Celestino Garcia, honesto e destemido anti-fascista que, ao saber a natureza da reünião que aqui pretendiamos realizar, imediatamente abriu as suas portas para que pudessemos preparar a queda do governo. Conheci-o nesse dia, depois da reunião, voltei aqui várias vezes a convite dele e tornei-me seu amigo pessoal. Na pessoa de seu genro José Leitão, hoje oficial médico do Exército, ilustre psicólogo aqui presente, a nossa homenagem a quem então decidiu arriscar connosco.

Aqui compareceram 136 capitães e subalternos e aqui nasceu formalmente o Movimento dos Capitães.

O que se seguiu viria a mostrar que, se muitos desses 136 oficiais do Exército que aqui reuniram vieram motivados fundamentalmente por razões de natureza corporativa, muitos outros vinham já a pensar em questões bem mais importantes e de natureza mais elevada e nobre.

Somos juizes em causa própria, temos a consciência de que não seremos isentos ao analisar a nossa acção libertadora. É um facto. Mas isso não nos deve impedir de recusar falsas modéstias. Que recusamos. Por isso, assumimos com algum orgulho a muita honra que sentimos em termos sido capazes de ter a coragem de, como então disse o Carlos Camilo, dar a picadela no elefante adormecido. Que teria resultados francamente positivos, muito para além das melhores expectativas dos mais optimistas, de entre os que aqui conspiraram há 25 anos.

Com efeito, passados sete meses e meio, estávamos a derrubar a mais longa ditadura do mundo ocidental, estávamos a libertar os portugueses, a libertar a própria liberdade e a criar condições para resolver o problema colonial, com o fim da respectiva guerra, para implantar a democracia e o Estado de Direito em Portugal (talvez que o facto de o "bébé" ter nascido apenas com sete meses e meio seja a origem dos precalços que enfrentou nos seus primeiros tempos de vida...).

Quis V.Exa, Senhor Primeiro Ministro, evocar hoje aqui a jornada de há 25 anos, reunindo-se com os que aqui vieram. Alguns já nos deixaram (recordo para além do Celestino Garcia, quatro, o João Rego Bayam, o Luís Silva Barata, o José Marques Nave e o Fernando Silva Pinto) para os quais solicito a vossa silenciosa evocação.

Na impossibilidade de estarmos todos, estão aqui, para além dos principais organizadores de 73, o então menos graduado dos presentes, o alferes Bargão dos Santos e o único dos ex-milicianos, que em termos corporativos era beneficiado pelo diploma que provocou esta reunião, o José Luis Cardoso.

Passados quase 25 anos sobre esse dia 9 de Setembro de 1973, que é já uma data histórica de Portugal, é com alguma nostalgia e muita emoção que recordamos aquela jornada de aventura, as peripécias de inexperientes conspiradores que souberam enfrentar e vencer as dificuldades criadas pelo poder militar, pelo poder político, pela PIDE-DGS e arrancaram para uma jornada de libertação de Portugal.

Fizemo-lo sem pensar em interesses, lutámos por valores e por ideais. Luta que, então, terá sido menos difícil do que a que tivemos, mais tarde, que enfrentar junto do poder político democrático. Isto, porque nunca poderiamos aceitar nem admitir as muitas desconsiderações e injustiças de que temos sido alvo e que resultaram mesmo na destruição da carreira profissional de muitos. Sendo próprio destas vidas, sendo natural ouvir-se que "as revoluções engolem os seus autores", para nós, autores principais, não deixa de ser lamentável.

Não exigindo nada para nós, não pretendendo por-nos em bicos de pés, chega-nos o sentimento e o orgulho de termos sido intervenientes primeiros na libertação de Portugal e dos portugueses, da tirania e da opressão.

Desejou V.Exa., Sr. Primeiro Ministro, distinguir-nos com este convívio, neste local histórico. Aceitamo-lo, com a mesma naturalidade com que há 25 anos aqui viemos. Hoje, orgulhosos e honrados pelo nosso passado de patriotas.

Bem haja, senhor Primeiro Ministro por nos ter permitido reviver aquela longínqua jornada.

Alcáçovas Monte Sobral
15MAI98

Vasco Lourenço

"UMA HISTÓRIA DE GALÕES"

Uma meia dúzia de anos depois de passado à disponibilidade como tenente miliciano e já então como assistente na Faculdade de Ciências de Lisboa, entre os muitos que frequentaram a cadeira de Geomorfologia nos vários anos em que a leccionei, tive como aluno um major, cujo nome não recordo, nem isso tem qualquer interesse, e que era ao tempo chefe de um departamento de cartografia do Exército sediado mesmo em frente da Politécnica.

Por exigências das suas funções ou por vontade própria de aprofundar os conhecimentos nesta área, o nosso major increveu-se na dita cadeira, como qualquer aluno regular, com a única regalia, aliás, comum a todos os estudantes empregados e que consistia, praticamente, em disporem de horários de trabalhos práticos e de atendimento individualizado flexíveis, muitas vezes, aos fins de semana. A institucionalização do regime de trabalhador-estudante estava ainda longe de ser um facto.

O major era um homem à volta dos quarenta e tal anos, volumoso, um tanto luzidio de cara, voluntarioso, seguro de si, de fácil e rápida assimilação das matérias versadas e muito interessado no curso. O relacionamento, que mantivemos durante o semestre lectivo, frutuoso para ambos, além de simpático e até cordial, nunca deixou de ser respeitoso e marcado por um certo distanciamento cortez. Eu era jovem e ele um homem feito, com posição de algum destaque na hierarquia militar. Era um oficial superior, muito acima dos subalternos que chefiava, alguns deles milicianos como, aliás, eu o fora. Nessa altura eu tinha por colega de Faculdade um outro assistente que acumulava as suas funções docentes com outras de carácter técnico-militar nos mesmos Serviços Cartográficos, sob as ordens daquele meu aluno muito especial. O "Dr. Nunes", nas aulas, era para o major, o "nosso capitão Nunes" e, na visão habitualmente hierarquizante, muito própria dos militares, eu estava naturalmente, ainda abaixo daquele seu oficial. Esta distância era ainda acentuada pela diferença de idades entre mim e o major, com cerca de uma dezena de anos a mais do que eu, o que, neste caso, contava também a seu favor. Nunca me dando senhoria, sempre se me dirigiu tratando-me por doutor.

- Oh doutor, isto, oh doutor, aquilo. Quando é que o doutor pensa marcar o exame? Se o doutor estivesse de acordo, poderíamos complementar, esta matéria com uma visita da turma ali ao meu serviço, – era assim a sua maneira de falar comigo, num reflexo, talvez subsconciente, e uma certa preocupação de me dispensar a consideração que me era devida, sem deixar, no entanto, de acentuar a sua posição.

Em resposta, sempre o tratei e referi por senhor major, talvez por razões culturais trazidas do Alentejo, onde era regra dar senhoria aos mais velhos, independentemente das condições de cada um. Este estatuto de respeito mútuo de cada um no seu devido lugar, funcionou perfeitamente. Foi agradável tê-lo tido como aluno, pela simpatia, cordialidade e nível intelectual da convivência, pelo interesse que sempre dedicou às aulas, porque com ele aprendi muitas coisas ligadas à fotointerpretação e à cartografia e até porque, sendo ele um homem disciplinado e organizado, funcionou como um elemento dinamizador entre os condiscípulos.

O nosso major completou o semestre brilhantemente, com uma belíssima classificação, abraçou-nos e, enriquecido por mais aquele período de permanência nos bancos da escola, disse-nos adeus. Entre nós, deixou a lembrança de um muito bom aluno.

Passaram-se uns anos, talvez uma meia dúzia, sem nos vermos. Pouco depois de concluída a cadeira, o major foi transferido, talvez por razões de progressão na carreira, para um outro serviço longe dali. Perdemos, assim, o contacto, mesmo o de meros vizinhos que fomos durante algum tempo e que dava, pelo menos, para nos cruzarmos de quando em vez, no mesmo passeio, na mesma rua. Trocávamos então um afável "bom dia", às vezes de mistura com um circunstancial aperto de mão, a princípio um tanto formal, mais sorridente e quase familiar para o fim, embora quase sempre de fugida, sem se perder a passada. O major era um homem de marcha rápida, no estilo apressado, e eu também nunca fui muito do tipo de ficar a conversar na rua.

Volvido algum tempo, um belo dia, na Baixa, ao fundo da Avenida da Liberdade, muito perto dos Restauradores, demos de frente um com o outro. Num gesto de visível satisfação, mutuamente retribuída, e a seguir a um cordial aperto de mão, ambos esboçámos o meio abraço adequado ao que fora o nível do nosso relacionamento.

- É um prazer vê-lo, doutor. Como vão as coisas na Faculdade? E o Nunes, que é feito dele? Desde que saí dos Serviços que lhe perdi o rasto, – proferiu naquele seu modo enérgico, cheio de vida e vigor, rematando com uma expressão muito sua:

- É a vida!

- E o senhor major, como tem passado? Está um pouco mais forte ou é impressão minha!?

A conversa não foi longa. Disseram-se aquelas frases de circunstância e depois as habituais formas de despedida:

-Tive muito prazer em vê-lo, senhor major. Até uma próxima oportunidade Faça-nos uma visita.

Sorridente o oficial, enquanto me apertava a mão com uma curta vénia, foi-me a dizendo:

- Sabe doutor, eu já não sou major. Vai para dois anos que fui promovido. Agora sou tenente-coronel. É assim! São os anos a passarem. É a vida! – rematou com um arzinho de brincadeira sem jeito, denunciando o pouco à-vontade posto naquela informação que entendeu por bem não deixar de me dar.

Eu também já não era um simples licenciado. Concluíra entretanto o doutoramento, mas, é claro, que não referi este facto. Cada um é como é. Desculpei-me como pude, meio vexado pela "gaffe", e esbocei um sorriso com um leve baixar de cabeça de quem se prepara para

(Continua na página seguinte)

RECORDO-ME DA NOITE DO DIA 24 DE ABRIL

Liberal do Couto

Ao fim da noite do dia 24 de Abril de 1974, a tropa da Escola Prática de Cavalaria de Santarém recebeu ordem para se reunirem de emergência no Quartel. No meio de nós estava o nosso comandante, muito nervoso que nos disse, movimentando-se de um lado para o outro e proclamando um discurso de que faziam parte estas palavras: "Vai haver um golpe de Estado. Esta noite vamos sair daqui para derrubar o Governo. Trata-se de uma coisa séria. Há outras forças conjugadas connosco. Só vai quem quer. E quem quiser diga agora". Havia um Cabo Neto (que pertencia á minha companhia e viria a morrer em Luanda, sete dias antes de regressar a Portugal) era dos que não duvidava da justeza da proposta, e logo se declarou fiel ao capitão rebelde. Com ele, formaram coluna, em marcha para a capital, pouco mais de 100 homens, entre o milhar que integrava a unidade.

Atravessámos Lisboa de madrugada, accionando o mais deslumbrante eufórico despertar da cidade em muitas décadas da sua história. A manobra militar intrigou sobremaneira um miúdo de 11 anos, o Luís Marques, que vivia mais na rua do que em casa. Luís ficou tonto com tanta acção e movimento à sua volta, que era tal e qual ao dos filmes de guerra que ele via no cinema. Talvez nem tenha dormido em casa nessa noite, como era seu hábito, e de certeza faltaria à escola na manhã seguinte como era tradição. A mãe ralada, a Revolução nas ruas e o Luís entre os tiros, observando, fascinado e inconsciente, a evolução dos blindados frente ao Quartel do Carmo e o cerco militar à sede da PIDE.

De súbito saem tiros de (bala simulada), do Cabo Neto, e os homens de Salgueiro Maia tomam posições de combate.

Mas Luís não quer saber: senta-se calmamente junto de um deles e pergunta-lhe como funciona a G3. É Amilcar Coelho. Os dois só se voltaram a cruzar 20 anos depois, tiraram uma fotografia no mesmo local. Em 24 anos, que vamos comemorar este ano, e será comemorado da melhor maneira possível, embora muito longe do local, em 24 anos fazem-se fortunas e desabam impérios, entronam-se príncipes e pulverizam-se ideologias, morrem uns mitos para nascerem outros. O que aconteceu à vida de Luís e de Amilcar ilustra a diversidade da trajectória dos portugueses após o 25 de Abril.

Basta isso: Amilcar licenciou-se em filosofia, foi assistente universitário, e hoje é um empresário que exporta toda a produção para a Europa; o Luís tornou-se viciado em heroína, roubou para se injectar, fez uma cura de desintoxicação e agora é um desempregado que não consegue descortinar um futuro.

(Continuação da página anterior)

prosseguir o caminho que trazia.

- Um abraço ao Nunes – disse ainda o nosso agora tenente-coronel, ao retomar o seu destino.

Olhei-o uma vez mais, já de costas, no seu passo confiante e disse em voz baixa com se falasse para um interlocutor imaginário ali ao meu lado.

- Estes gajos não mudam. São todos iguais!

Por feliz oportunidade sucedeu que, tendo passado anos sem nos vermos, quis o destino que, uma meia dúzia de dias mais tarde, na rua da Escola Politécnica, desse novamente de caras com o nosso tenente-coronel.

Ambos fomos sensíveis àquela situação de acaso, muito no tipo do "não há fome que não dê em fartura", e expressámo-lo nas breves palavras de cumprimento que trocámos.

- Veja lá o doutor; tanto tempo sem ter o prazer de o ver e, agora, em menos de uma semana, duas vezes, quase seguidas... Vim aqui ao meu antigo Serviço tratar de uns papeis. Sabe como é, ou uma pessoa se mexe e vem pessoalmente dar uns abanões ou as coisas arrastam-se indefinidamente. Os militares não costumam ser assim. São despachados e desenrascados mas, às vezes, lá há uns mais burocratas. Mas quando é preciso não há como puxar pelos galões. São os administrativos, sabe!? É como lá na sua Reitoria. É a vida!

Numa inspiração, surgida repentinamente como um "flash", que teve muito a ver com um certo antimilitarismo que me ficou da passagem pelas fileiras e, no ar mais natural possível, atirei-lhe:

- Viva, senhor coronel!

Um pouco embaraçado, o nosso homem reagiu de imediato e emendou-me:

- Oh doutor eu ainda não sou coronel. Lá chegarei se Deus quiser, mas a seu tempo. Aspromoções não são assim tão rápidas. Há que dar tempo ao tempo. É a vida!

- Tem toda a razão, senhor tenente-coronel, mas eu devia-lhe um galão desde a semana passada – justifiquei-me com um sorriso sacana, bem aberto no rosto que só eu sabia ser de gozo.

- Boa piada, oh doutor. Prazer em vê-lo. Um abraço ao Nunes – acrescentou, a afastar-se.

- Até uma róxima oportunidade, senhor tenente-coronel.

Nunca mais nos cruzámos. A esta hora, este meu antigo aluno já tem direito a estrelas ou, então, está reformado, ou já deu a alma ao Criador, o que é, talvez, mais certo.

- É a vida! – como ele gostava de dizer.

Lisboa, 13 de Maio de 1998

A . M. Galopim de Carvalho

CENÁRIO TECNOLÓGICO DO ENSINO/FORMAÇÃO NO SÉC. XXI

Por Manuel Barbosa Pereira

Educação, Ensino e Formação Profissional. Dois sócios da A25A, com formação eventualmente diferente, mas com preocupações obviamente convergentes, escrevem sobre esta questão sempre candente.

TRIÂNGULO ESTRATÉGICO

Embora com o atraso habitual a Educação e a Formação Profissional dos Recursos Humanos já são finalmente reconhecidos no nosso país como *factor-chave* para o desenvolvimento da economia e para a aquisição de competitividade pelas empresas.

A própria Comissão Europeia há muito que as definiu – a par *com a investigação e desenvolvimento tecnológico* (ID&T) – como prioridades ***estratégicas*** da União para a batalha da *paridade tecnológica* com os EUA, o Japão e as economias emergentes do Pacífico que ameaçam o velho continente. A prová-lo estão os orçamentos bilionários da última década nestas áreas tanto nos diversos programas de iniciativa comunitária como nos programas mais específicos de ajuda aos estados membros menos desenvolvidos.

Distraído porventura com o discutível recorde de "nação mais antiga" do continente Portugal não conseguiu, contudo, libertar-se ainda do estigma de "*cauda da Europa*". Perdida a primeira grande oportunidade na já longínqua era dos Descobrimentos, o nosso País vive de novo uma segunda época de ouro da sua História. E têm sido muitas, na verdade, as dezenas de milhões de ECUs que têm chegado todos os anos ao nosso país provenientes de outros povos que souberam aproveitar o *capital dos séculos*, que foi, afinal, – e é – um património comum a toda a Humanidade.

APRENDIZAGEM DURANTE TODA A VIDA

Ultrapassada finalmeme a mentalidade dos "**custos** com o pessoal" e assimilada a importância dos "**investimentos**" na qualificação dos recursos humanos, têm sido muitas igualmente as dezenas de milhões que reforçam desde 1987 os orçamentos da educação e da formação, provenientes tanto do orçamento geral do estado como dos orçamentos de Bruxelas e de outros (nacionais) alimentados por contribuições destinadas a outras finalidades.

A persistência do fosso que nos separa dos países mais desenvolvidos e o desemprego estrutural – onde a considerável oferta disponível todos os meses não encontra satisfação do lado da procura (muito superior)! – reflecte dramaticamente a ineficácia de tão vultuosos investimentos. A realização de mais cursos;
o alargamento a mais destinatários: o gasto de mais dinheiro, em suma, nos sistemas educativo e de formação parecem não constituir afinal a receita milagrosa para a recuperação do atraso crónico do nosso desenvolvimento...

Independentemente dos milhões dissipados em estruturas pesadíssimas e burocratizadas para além dos limites do bom senso, a falência deste modelo deve ser procurada em vertentes fundamentais incompreensívelmente ausentes do discurso oficial e da prátlca dos chamados *operadores institucionais*:

- A inadequação praticamente geral dos conteúdos do ensino/formação face às necessidades reais e às competências necessárias para atingir objectivos concretos do quotidiano que alegadamente visam satisfazer; e
- A ineficácia dos métodos tradicionais utilizados para a transmissão de conhecimentos – basicamente o mesmo modelo herdado da Idade Média – onde avulta a pobreza e arcaísmo dos meios utilizados e a consequente incapacidade de suscitar a atenção, a curiosidade e o gosto *continuados* dos alunos/formandos.

A sucessão de revoluções tecnológicas – *que não mais deixarão de acelerar!* – têm vindo a impor profundas alterações nas próprias formas do Homem Viver e Trabalhar e mesmo de Pensar. São-lhe crescentemente exigidas novas aptidões e competências efectivas de desempenho profissional para necessidades que *são de hoje* e até *de amanhã* – mas nunca as *de ontem* que são as contempladas ainda na esmagadora maioria dos *curricula* académicos e profissionais. Goste-se ou não, a sobrevivência nos mercados actuais está cada vez mais dependente das vantagens competitivas obtidas face à concorrência. Nos mercados comerciais... e no mercado do trabalho!

Daí que tanto a formação académica e profissional – tanto de base como a complementar – não possa deixar de ser cada vez mais encarada como um produto com um *ciclo de vida* útil **limitado**. Daí que as leis da concorrência do mercado de trabalho comecem a impor o conceito da *aprendizagem ao longo de toda a vida* como a única forma de assegurar a adaptação de cada indivíduo às mutações tecnológicas e sociais dela derivadas.

ENSINO/FORMAÇÃO INTEGRAL ASSISTIDOS POR COMPUTADOR

Com tão elevados padrões de exigência para o acesso e manutenção dos empregos, não é concebível que os cenários tradicionais do processo

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

educativo e formativo possam manter-se por muito mais tempo. A pressão das necessidades crescentes obriga a um aumento exponencial da eficácia na transmissão de conhecimentos e na formação de competências específicas.

Tal como o telefone, o telex, a máquina de escrever ou calcular foram instrumentos de trabalho indispensáveis nos dias de ontem, o computador é já um instrumento indispensável nos dias de hoje. Não será arriscado prever assim o desemprego permanente dentro de poucos anos para quem não dominar a **utilização** polivalente de um computador e as tecnologias associadas.

Até nas profissões mais comuns é hoje impensável deixar de utilizar o imenso arsenal de equipamentos que a tecnologia disponibiliza para maior produtividade, eficácia do trabalho e economia de esforços. Carpinteiros, mecânicos, etc., vão todos os dias rnais longe em menos tempo com a enorme variedade de máquinas-ferramentas disponíveis em qualquer supermercado...

Apesar da superlativa importância social e de capital mais valioso reconhecido à transmissão do conhecimento, **professores** e **formadores** permanecem forçados a exercer a sua actividade em regime quase *artezanal* no limiar do séc. XXI condicionando toda a eficácia deste importantíssimo processo apenas à competência, "carolice" e imaginação de cada um...

A transcendência dos objectivos em causa – construir um futuro condigno da nossa História e preparar as gerações que terão de receber o testemunho – obriga a repensar os processos educativo e formativo por forma a fazê-los beneficiar **massivamente** e rapidamente de recursos tecnológicos elementares já disponíveis em muitas outras actividades, onde avultam as tecnologias da informação e comunicação e as imensas capacidades das tecnologias **Multimédia**.

Um sistema de Ensino/Formação *"Integral" Assistida por Computador* aplicado progressivamente a todas as áreas profissionais e do conhecimento, julga-se ser o cenário normalizado indispensável para a educação/formação requerida pelos desafios do séc. XXI.

ENQUADRAMENTO

No limiar de um novo milénio a formação e a qualificação dos Recursos Humanos é ja pacíficamente aceite como o factor da *diferença* possível entre as organizações. Para o desenvolvimento das economias modernas e aquisição de competitividade pelas empresas, adquirida que está a noção de que o acesso aos restantes recursos é feito nos tempos que correm em igualdade de circunstâncias. Para as nações e para as empresas de sucesso, com efeito, já há muito que o capital "intangível" dos Recursos Humanos é o que mobiliza as maiores parcelas dos seus orçamentos de *investimentos*.

A natureza e o impacto exponencial irreversível (?) dos efeitos da revolução tecnológica tem determinado – sem muitas vezes nos apercebermos – novas necessidades que exigem sempre novas práticas e competências e que estão a moldar uma nova mentalidade do género humano.

É indispensável questionar por isso a justeza dos modelos dos sistemas educativo e formativo em vigor no que respeita à eficácia dos investimentos bilionários que os suportam todos os anos em contraponto com as reais necessidades (em constante crescimento) da sociedade actual e a perigosa incapacidade do mercado de emprego para as satisfazer.

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Transmissões televisivas directas de eventos a decorrer nos antípodas; videoconferências com participantes nos quatros cantos do planeta; telefones celulares que permitem a comunicação a qualquer hora e em qualquer lugar, *autoestradas da informação* que permitem enviar em simultâneo objectos de som, de imagem, de dados... são alguns exemplos espectaculares da profunda transformação operada na vida do Homem nos últimos anos!

A tão propalada *aldeia global* é já uma realidade indesmentível que se reforça todos os dias com a vertiginosa evolução a que assistimos especialmente nos sectores das tecnologias da informação e das telecomunicações. A **informação** tornou-se matéria prima crucial na gestão de todas as actividades humanas, – cruzando transversalmente todos os mercados e organizações, e gerando ela própria um mercado específico (de valor incalculável) para o qual convergem um crescente número de indústrias tributárias que prometem constituir a maior fonte de emprego – e de volume de negócios – dos próximos séculos.

A própria **União Europeia** ao eleger expressamente as prioridades da *Sociedade Global da Informação* como objectivo estratégico principal para a construção da Europa do futuro, reflecte a consciência aguda do esgotamento das soluções tradicionais para fazer face a desafios inteiramente novos caracterizados por uma escala e complexidade nunca antes imaginadas.

Baptizada como *learning society* – a sociedade do futuro (que já começou) tende a eliminar do mercado de trabalho os menos preparados para uma tão rápida (e violenta) transição onde a aprendizagem indispensável para aquisição de novas competências e capacidades de desempenho passará a ser uma exigência do quotidiano.

A utilização **permanente** de *hardware* cada vez mais evoluído, de sistemas de redes locais, regionais ou mesmo planetárias bem como *software* aplicacional genérico e específico serão pois requisito indispensável para toda e qualquer actividade profissional e até mesmo para a gestão corrente da vida doméstica e pessoal.

ENSINO FLEXÍVEL – À DISTÂNCIA E AUTO-FORMAÇÃO

Criar condições efectivas para a inserção equilibrada de homens e mulheres nos cenários inevitáveis onde decorrerão as suas vidas nos planos laboral e social, parece, pois, a tarefa central das élites dirigentes do nosso planeta neste final do segundo milénio (?).

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

Para que as preocupantes chagas sociais (em expansão) do desemprego e da miséria – a competição feroz e a desigualdade de oportunidades – não precipite o colapso da nossa civilização!

A criação de postos de trabalho suficientes (mas necessários) e a promoção da igualdade (efectiva) de oportunidades – entre ricos e pobres, entre homens e mulheres, entre citadinos e rurais – não pode deixar de passar por uma profunda reconversão dos sistemas de ensino e de formação profissional: dos conteúdos programáticos, do modelo das sessões de transmissão de conhecimentos; dos métodos e suportes técnicos e tecnológicos, da própria filosofia daqueles sistemas...

O *processo* educativo/formativo terá de conferir competências e aptidões efectivas para o desempenho das tarefas concretas e necessárias; terá de garantir o acesso dos trabalhadores estudantes a programas – com a mesma qualidade, certificação e equivalências – independentemente dos horários e locais de trabalho; terá de assegurar iguais condições de eficácia, de custos e de qualidade, às sessões de ensino/formação tanto nos grandes centros como nas regiões mais remotas; deverá permitir uma progressão nos estudos em função do ritmo (empenhamento) individual.

Terá de se ensinar e aprender ***mais*** *no mesmo tempo*. Terá de se aprender melhor a *ensinar* – e aprender a *aprender*... Rendibilizar muito mais (e melhor) os imensos capitais investidos todos os dias no ensino e na formação. A importância das qualificações dos Recursos Humanos exige que as sessões de transmissão de conhecimentos – as aulas – sejam encaradas com (pelo menos) o mesmo profissionalismo adoptado na concepção dos produtos e serviços vulgares todos os dias lançados no mercado.

Equipas pluridisciplinares competentes e um cuidado planeamento da *produção* e *distribuição* aos consumidores – nas melhores condições de qualidade, preço e oportunidade – são, pois, uma exigência irrecusável especialmente para um dos "produtos" mais importantes para a vida humana e para o futuro da Humanidade

SUBSÍDIOS PARA UM MODELO ALTERNATIVO

Um Sistema baseado na utilização intensiva de recursos multimédia – imagem, som, programas de software e dados – para a produção de cursos e programas modulares "integralmente" frequentados por computador e suportado em kits CD-ROM, pode constituir a forma mais barata de conseguir a cobertura massiva da população escolar com garantia de elevada (e idêntica) qualidade e eficácia.

A frequência *presencial* em turmas de modelo clássico assistidas por um tutor, ou **à distância** – quer em sala quer em regime de *autoformação* – com horários da conveniência de cada aluno/formando, são possibilidades igualmente permitidas por tal sistema. O investimento nos computadores pessoais necessários é amplamente compensado pelo domínio adquirido na sua utilização intensiva desde muito cedo como convém às ferramentas de trabalho indispensáveis a qualquer profissão.

Com sessões interactivas modulares concebidas para ser o utilizador a comandar, (exclusivamente) a progressão nas lições, fica assegurada por natureza a captação da atenção e concentração necessárias para graus de eficácia exponencial. A incorporação de um sistema automático e apropriado de avaliação com testes adequados sobre cada "matéria" – entendida esta como o conjunto necessário a uma etapa na aquisição de uma aptidão ou competência concreta – constitui garantia de aproveitamento em cada uma e permite ainda reduzir (ou aumentar); a duração standard de cada programa consoante a disponibilidade, a capacidade ou a dedicação individual.

O sistema sumariamente caracterizado, passa, naturalmente, também, pela reconversão das actuais carreiras de professores e formadores ao mesmo tempo que recupera a figura indispensável mas cada vez mais ausente do **pedagogo**. Numa época em que a garantia da qualidade dos projectos que se realizam todos os dias exige equipas pluridisciplinares cada vez mais especializadas, as equipas de "*produção de módulos de transmissão de conhecimentos*" do futuro não poderão deixar de integrar a vasta variedade das especialidades requeridas.

Não apenas nas áreas científicas habituais, como também nas técnicas de comunicação; na publicidade; na produção e realização de projectos multimédia de ensino; na concepção de guiões; nas tecnologias de informação, comunicação e multimédia; na psicologia de extractos etários, etc..

O modelo alternativo aos actuais Sistemas de ensino e formação profissional não pode passar ao lado dos enormes progressos tecnológicos já adquiridos (e banalisados) nem desperdiçar os imensos recursos disponiveis para fazer **mais e melhor** – *em menos tempo e a menores custos.* ***Estúdios de produção*** altamente profissionalizados – ao estilo da produção televisiva e indústria cinematográfica – capazes de produzir cursos e programas (actualizados e certificados) com os mais avançados recursos técnicos e tecnológicos são perfeitamente justificados pela nobreza dos fins a que se destinam e pelo alcance em termos do interesse colectivo e realização individual.

Evitar o desperdício de biliões de horas/homem consumidos anualmente em programas de ensino e formação de reduzida eficácia; aproveitar as fases etárias e os *momentos* de interesse e/ou curiosidade genuina dos alunos/ /formandos, transformar o "sacrifício" que as aulas tantas vezes representam pelo prazer na *participação permanente* em efeitos especiais com um toque à Spielberg; conseguir de uma vez por todas proporcionar a mesmíssima qualidade de ensino ou formação tanto aos jovens milionários lisboetas como aos mineiros alentejanos do turno da noite...

(Este artigo – agora revisto pelo Autor – foi originariamente publicado em duas partes no Boletim-Tribuna da nossa congénere APCS - *Associação Portuguesa de Consultores Séniores - edições de Outubro/95 e Setembro/96).*

MENSAGEM À JUVENTUDE PELO VIGÉSIMO QUARTO ANIVERSÁRIO DO VINTE CINCO DE ABRIL

O que vamos dizer aos Jovens depois de 24 anos em Liberdade e Democracia, um dos sistemas políticos mais ricos que a Humanidade conquistou? Que vamos dizer-lhes das brilhantes páginas da nossa História escritas em 1974 por um Povo que sabe dar lições de coragem ao Mundo? Que soube mostrar desde o Brasil e das Áfricas à Ásia, o quanto é capaz? Que fizemos e teremos que fazer para que a Pedagogia Portuguesa deixe de enfrentar os sérios problemas?

É preciso dizer aos Jovens que a instrução já não corresponde às necessidades da Sociedade moderna. Impõem-se, portanto, mudanças decisivas.

A maioria dos finalistas dos vários cursos deseja tirar um curso superior. Todos os anos, um numeroso exército de finalistas invade Institutos e Universidades, mas poucos conseguem passar nas provas de admissão. O fiasco faz-se acompanhar dum grave trauma psicológico, e o aluno de ontem fica fora da carroça e sem preparação para a vida prática. Perante isto como vão os jovens olhar para o futuro sem garantia de trabalho nem de habitação para se casarem e poderem continuar a vida? São os jovens de hoje, os futuros dirigentes da moderna sociedade que têm de empenhar-se abrindo caminhos novos por onde possam passar rumo ao futuro. Porque, a razão disso, reside na imperfeição do sistema de ensino.

A escola não sofreu senão mudanças "cosméticas" e ninguém reparou na incorrecção da própria estrutura do ensino. Ora o carácter geral e a orientação profissional da escola moderna não se coadunam com o princípio absoleto do estudo de disciplinas, princípio assente no elitismo do liceu do período de pós vinte cinco de Abril. Todas as tentativas de aperfeiçoar a instrução escolar e todas as discussões de especialistas resumem-se à procura de deficiências do programa didáctico e à redistribuição quantitativa das aulas pelas diferentes matérias. Os matemáticos defendem a importância da matemática, os filólogos, da literatura. Mas, o que falta no sistema de ensino são os especialistas que possam sobrepôr-se às discussões de somenos importância para solucionar a questão essencial: O que ensinar e como?

Que significa, afinal, estar preparado para a vida? O aluno tem de possuir conhecimentos que possam ser divididos em ciclos perfeitamente equivalentes: Instrução elementar, ética, estética e saúde.

O ciclo da ética, educação da personalidade para a vida em sociedade, inclui a abordagem dos problemas de mundividência, comportamento e capacidade de orientação no meio social, autodomínio. Deverão estar em foco, igualmente, as Leis e normas da vida social, os direitos e deveres dos cidadãos assim como as questões das relações familiares.

As aulas de música e de muitos ramos de educação são ministradas na maior parte dos casos dum modo primitivo, sem inventiva nem desejo de desenvolver nos alunos o gosto artístico e musical. De nada vale, pois, lamentarmo-nos de que a nossa juventude é inculta, o mal é dos jovens, mas a culpa é nossa.

O pensamento dedutivo de um dos múltiplos tipos de pensamento, dele necessitam apenas os cientistas. Por isso, a matemática tem de ocupar no programa didáctico um tempo proporcional à sua necessidade prática.

Perante a actual situação de crise que vem atravessando o Ministério da Educação, uma questão se coloca, o que será então do ensino superior? Como serão formados engenheiros, professores e médicos?

A reforma escolar é uma imposição do tempo. Aos jovens que se sentam hoje nos bancos da escola competirá resolver as tarefas do seu futuro.

Para tal é necessário colocar todos os ramos da economia nacional nos pontos mais avançados da ciência e da técnica; levar a cabo uma ampla automatização da produção; assegurar um aumento de capital da produtividade do trabalho e garantir uma produção aos níveis dos melhores padrões mundiais. É claro que para o efeito é indispensável um trabalhador altamente qualificado, com ideias próprias e, além disso, possuidor de uma elevada cultura do trabalho. Ou seja, a reforma é solicitada pelas necessidades vitais do desenvolvimento social.

É através de um processo natural que chegaremos à nova estrutura da instrução geral e profissional.

Teremos de definir com precisão o próprio conteúdo da instrução, aperfeiçoar os programas em vigor e libertá-los do material complicado. A modernização dos métodos de ensino exigem uma aprendizagem da técnica.

Um significado extraordinariamente sério será dado à educação moral e jurídica dos adolescentes. A democratização na vida destas tarefas em muito dependerá da personalidade do pedagogo.

Procuramos elevar o mais possível o prestígio social e a autoridade do pedagogo, criar todas as condições para a plenitude do seu trabalho vivo. Porque dele dependerá a formação da nova geração.

Sempre que me dirigo aos jovens é ciente de que eles jamais deixarão apagar a chama juvenil que nos aquece.

FILIPE VIEGAS ALEIXO

CIDADANIA NAS FORÇAS ARMADAS

Intervenção do Cor. David Martelo no Colóquio sobre os Direitos de Cidadania dos Militares (organizado por ASMIR / ADFA / ANS / ANCE, no Porto em 30.05.98).

Nos últimos anos, tornou-se lugar comum, no discurso de Presidentes da República, Primeiros Ministros e Ministros da Defesa, a afirmação do seu empenhamento "na construção de umas Forças Armadas modernas, bem equipadas e prestigiadas – embora de efectivos mais reduzidos".

Sobre o grau de modernidade das Forças Armadas (FA), no tocante a equipamento e armamento, têm os sucessivos governos gerido pachorrentamente as Leis de Programação Militar as quais, por consequência, acabam invariavelmente não sendo integralmente cumpridas. Daqui resulta uma reconhecida incapacidade para o cumprimento cabal das missões atribuídas aos três ramos, com os inevitáveis riscos e prejuízos para o exercício da soberania nacional.

Quanto à modernidade, no sentido da renovação das mentalidades, presume-se que os responsáveis políticos confiam plenamente no dinamismo e capacidade de reconversão das próprias instituições militares pois escasseiam medidas legislativas que recondicionem o pensamento dos cidadãos que optaram pela profissão das armas.

Finalmente, a questão do Prestígio – que reputamos de importância fundamental. Não nos iludamos: no que toca à questão do Prestígio das FA, seria ingenuidade imperdoável supormos que o mesmo se possa adquirir e desenvolver por outros meios que não seja através de acções prestigiantes dos seus profissionais. Para tal, no entanto, é indispensável que se criem condições que permitam aos militares impressionar favoravelmente a sociedade em que estão inseridos e com a qual devem manter um entendimento e uma relação afectiva de carácter permanente. Nesta óptica, é absolutamente incompreensível que aspectos primariamente relacionados com a imagem das FA venham sendo sacrificados em nome de um critério de redução de despesas de que se não descortina a razão. É o caso, por exemplo, dos modestíssimos uniformes com que passeiam na via pública os cidadãos que cumprem serviço militar no Exército. A indigência é de tal ordem, que este ramo tem vindo a ser impedido de prestar guardas de honra a Chefes de Estado e de Governo estrangeiros, por falta de uniforme adequado. Podemos aceitar que esta situação ocorra no preciso momento em que nos vangloriamos de estar no "pelotão da frente" da Europa? Será com esta imagem de austeridade franciscana que se espera chamar às fileiras os jovens voluntários do futuro exército profissional?

Quando há guerra – e esta é vivida pelos cidadãos como verdadeira luta pela sobrevivência da Nação – são os campos de batalha os locais apropriados para a plena expressão das capacidades próprias e únicas da condição de soldado. Terminado o conflito, todavia, o militar perde o seu local de trabalho primordial. De actor principal, sobre o qual incidem as luzes da ribalta da guerra, passa então aos bastidores de tempo de paz, no qual lhe é pedido que se prepare, discretamente, para entrar em cena em data incerta. É durante este ocaso temporário que é possível reformular o posicionamento dos militares face à sociedade, dando-lhes oportunidades para se afirmarem fora dos campos de batalha. Quando tal não sucede, a profissão das armas tende a cair no esquecimento, dilui-se a ligação afectiva que deveria manter com a Nação e o desprestígio instala-se. Como escreveu Alexis de Tocqueville *"quando o espírito militar abandona um povo, a profissão das armas cessa imediatamente de ser considerada honrosa, tombando os militares para a classe mais baixa dos servidores públicos; tornam-se pouco estimados e incompreendidos... Daqui surge um círculo de causa e consequência do qual se torna difícil escapar – a melhor parte da Nação evita a profissão militar porque esta não é venerada, e a profissão não é venerada dado que a melhor parte da Nação deixou de a seguir."*

Após a revolução de Abril de 1974, gerou-se um largo consenso entre as forças políticas e as FA o qual apontava para um princípio geral de afastamento dos militares da vida política. Assim, podemos hoje constatar – contrariamente ao que sucedia antes da revolução – que só a título excepcional veremos militares como Presidentes da República, Ministros da Defesa ou da Administração Interna, Governadores Civis ou Presidentes de Câmaras Municipais. A única excepção visível é o caso do Governador de Macau. Experimentou-se, durante alguns anos, a nomeação de civis. Parece, contudo, que o lugar comportava demasiados riscos e que, portanto, era preferível fazer avançar um militar. Percebe-se porquê...

Mais recentemente – e neste caso, julgo, sem qualquer espécie de consenso – desencadeou-se uma nova fase da "civilização" do aparelho do estado. Desta vez, os visados foram os titulares de cargos que, não sendo especificamente militares, vinham sendo há longos anos ocupados por oficiais das FA. Assim, foram substituídos por civis, entre outros, o Director do Instituto de Defesa Nacional, o Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa e o Presidente do Serviço Nacional de Protecção Civil. Até o Chanceler das Antigas Ordens Militares, após a morte do Marechal Spínola, passou também a ser um civil.

Sem querer entrar na pouco recomendável discussão dos "jobs for the boys", parece evidente que não é fácil descortinar nesta política o tal desejo de prestigiar as FA de que falava no início da minha intervenção. Para sermos sinceros, teremos mesmo que reconhecer que medidas desta natureza são entendidas, nas fileiras, como atitude de menosprezo, pois não foram precedidas ou acompanhadas de quaisquer acções demonstrativas de apreço e consideração pela Instituição Militar.

No meio desta sucessão de eventos, é no mínimo enternecedor que ainda haja, no topo da hierarquia militar, quem defenda a tese obsoleta de que "o Sindicato dos militares são os seus Chefes"! Então não está mais que provado que esse sindicato não funciona? E se não funcionou enquanto as chefias militares eram propostas pelas FA é de supor que melhore agora, quando o Governo nomeia directamente os Chefes de Estado-Maior (CEM)?

Além do mais – e é forçoso reconhecê-lo – como é que a lógica que impõe a abstenção dos militares da actividade política, por serem os detentores da força armada, pode aceitar que um chefe militar dialogue com o poder político na condição de "chefe sindical"? De que força disporia? Seguramente que apenas daquela que lhe é vedado utilizar: as armas. Outros argumentos poderiam usar, no entanto, se os tivessem cultivado em devido tempo, o que, infelizmente, se não verificou.

Há poucos dias, aquando da inauguração da EXPO'98, um repórter da televisão abordou o Dr. Mário Soares perguntando-lhe o que a exposição representava para ele. O antigo Presidente retorquiu: *"É a Imagem de Portugal novo, democrático e do 25 de Abril"*. Alguém admite que um qualquer dos CEM presentes fosse capaz de afirmar o mesmo, se fosse alvo de idêntica questão? E, todavia, os êxitos da democracia portuguesa não podem ser desligados do papel das FA na memorável jornada de 25 de Abril de 1974. Ora, a não existência do culto do 25 de

(Continua na página seguinte)

AO 25 DE ABRIL

Tenho 28 anos e o meu pai é um Capitão de Abril.

Do passado lembro-me de África e de uma infância feliz. Não consigo ainda perceber as histórias que a minha mãe conta sobre as reuniões secretas do meu pai sobre as quais ela nada sabia, sobre as doenças que enfrentou connosco, da vida nos quartéis no meio do mato, das noites não dormidas pela ansiedade das respostas do dia seguinte. Não consigo perceber, porque não me lembro desse sofrimento. África, para mim, são os meus amigos que tocavam tambor, são as cataratas no meio da floresta, são as praias quentes em dias de chuva...

O sofrimento, senti-o já em Lisboa, quando na escola primária os meninos eram pobres, todos brancos, e nada sabiam das letras e dos números quando eu já lia. Senti-me vazia das minhas referências, senti saudades das "minhas" paisagens, das "minhas" pessoas. Sofri quando queria a minha mãe e ela só chegava à noite do trabalho. Mas depois cresci, fui crescendo no novo mundo que, desde o princípio esteve à minha espera.

Cresci com uma celebração anual. Na noite de 24 de Abril o destino era o Clube Militar Naval em Lisboa onde, com o meu pai, aprendi a admirar a madrugada mais célebre de 1974. Ouvia, na mais ansiosa das curiosidades, os testemunhos, as histórias, as recordações de todos aqueles capitães de Abril. Lembro-me também de ouvir declamar José Fanha, que das escadas no interior clube, no mais intimista dos ambientes, nos fazia bater forte o coração.

Foi assim que com 13, 14, 15 anos, aprendi o que era, o que é, a Liberdade. Aprendi a gostar do espírito de camaradagem, aprendi a respeitar a força das vontades e, acima de tudo, aprendi a olhar com grande admiração o 25 de Abril e o que ele representou, e representa, na minha vida, nas minhas escolhas, nas minhas vontades, no meu voto, no meu pensamento, no meu espaço e no meu País.

Com tudo isto, continuei a crescer e chegaram os vinte e tal anos. Hoje tenho 28, não gosto de ver as cenas de terrorismo da Irlanda e do Norte de África, não gosto de ver os fundamentalismos do mundo islâmico, não gosto de ver a repressão em Timor e na Birmânia, não gosto de ver os genocídios em África. Não gosto porque sofro, mesmo à distância. E não consigo imaginar essas cenas no meu País... E penso no que fizeram os meus pais e os seus outros companheiros, na altura, mais novos do que eu sou agora, para que em Portugal essas ou outras cenas semelhantes, não fossem combatidas pelos seus filhos e filhas.

A pergunta insistente se Abril está cumprido é estúpida. Abril nunca estará cumprido, Abril é missão de cada ser humano, de cada trabalhador, patrão, estudante, político, reformado ou outro. As mulheres e os homens nascem livres, pois essa é a sua essência, mas o mundo que temos não nos dá tréguas e essa liberdade tem de ser construída e sustentada em cada fracção de vida.

Política, económica e socialmente Abril não está cumprido. Nunca poderia estar. Abril abriu uma porta, não a fechou. Porque só as portas fechadas são definitivas, a porta de Abril deixou-nos um caminho para construir todos os dias. Os 24 anos de democracia provam-no bem.

(...) O nosso papel é a luta permanente, mas com os olhos postos no futuro, as mãos a trabalhar no presente e os ouvidos à escuta das lições do passado. Não inflijam pesadas e duras críticas ao estado das coisas, festejem aquilo que alcançamos e abracem as oportunidades do mundo de hoje (não do mundo de ontem).

Festejem. Festejem, porque o nosso País é livre e vive em paz.

(este texto é escrito em protesto contra o discurso lido por Lia Gama e João Mota nos Restauradores no desfile do 25 de Abril de 98).

Ana Afonso, Lisboa

(Continuação da página anterior)

Abril, no seio das FA, pode ser muito respeitável na vertente pessoal de cada chefe militar, mas é mais uma manifesta renúncia colectiva, uma perda real de influência, de que não devemos responsabilizar quaisquer forças exteriores à própria Instituição Militar.

De cedência em cedência, tornou-se possível a entrega da tutela das FA a um ex-ministro do governo derrubado pelas mesmas FA em Abril de 1974. Os chefes militares, que se saiba, acharam tudo muito legítimo e natural. Tiveram o justo prémio, poucas semanas volvidas, por ocasião do edificante episódio que levou à demissão de diversos oficiais-generais da estrutura cimeira das FA. Os principais chefes militares foram agora contemplados com presumíveis erros do Protocolo do Estado no jantar oferecido às altas entidades presentes às cerimónias de inauguração da EXPO'98. Se não custa manifestar solidariedade perante a atitude que decidiram tomar – abandonando ostensivamente o local da cerimónia – , cumpre sublinhar a preocupante sucessão de situações em que o prestígio das FA vem sendo inegavelmente ferido.

Os factos aqui recordados devem constituir prova suficiente da total falência e descrédito em que redundou a fórmula do chefe-militar-sindicato. É forçoso reconhecer a imperiosa necessidade de criar as condições legais que permitam a constituição de Associações Sócio-Profissionais de Militares. Uma tal decisão – que se justificaria há já duas décadas – , torna-se agora ainda mais legítima, quando se prepara a total profissionalização das FA e cumpre realizar tarefas novas, como é o caso da reinserção na vida civil dos contratados que terminam o serviço nas fileiras. A essas associações cumpre a representação e a defesa dos interesses dos militares enquanto cidadãos que exercem uma profissão, usando para tal não o material de guerra, que deve permanecer nas arrecadações e depósitos regulamentares, mas sim as armas do nosso tempo: o diálogo, a informação pública e a transparência, no pleno usufruto de uma liberdade pela qual lutámos há 24 anos.

Nos dias de hoje, quem não está presente na televisão, na rádio e na imprensa é como se não existisse. Neste particular, deviam as FA reparar na evolução da Igreja Católica romana que – apesar da sua organização discreta e hierarquizada – usa abundantemente os meios de comunicação modernos, promovendo, adequadamente, as suas próprias figuras mediáticas de primeira grandeza. É esta visibilidade, para a qual a estrutura militar tradicional se não encontra vocacionada, que deve ser assumida pelas Associações Sócio-Profissionais de Militares, tendo como objectivo primordial a promoção e defesa do Prestígio das FA.

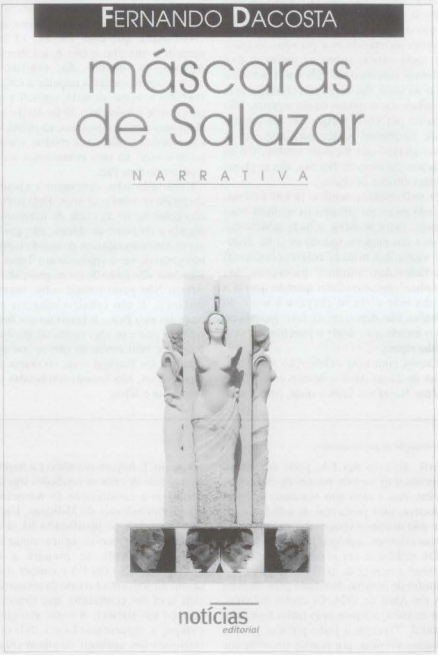
Para atém desta realidade funcional, devem os responsáveis políticos compreender que existem riscos reais para o regime democrático quando se não aceitam "válvulas de segurança" no seio dos corpos militares. Dentro de menos de 10 anos, estará fora do serviço activo a maioria dos militares do 25 de Abril. As gerações que se seguem cresceram no seio de umas FA onde o selo de militar de Abril tem significado mais de meio caminho andado para a perseguição política e o insucesso profissional. Por outro lado, o grau de empatia hoje existente entre os militares profissionais e aquilo que comummente se designa por "classe política" aproxima-se vertiginosamente dos níveis de 1926. A semente está lançada.

Termino parafraseando o Dr. Almeida Santos: por favor, preocupem-se!

David Martelo
Coronel do Exército

MÁSCARAS DE SALAZAR

De Fernando Dacosta



O último livro de Fernando Dacosta encontrou um evidente sucesso junto do público, a avaliar pelas sucessivas reedições de que tem sido objecto. Tal facto não é de admirar pois se justifica, para além da curiosidade que a personalidade complexa de Salazar sempre desperta, pela forma elegante e fácil como o autor descreve, em rápidos apontamentos, os aspectos mais importantes da sociedade portuguesa da época salazarista.

É o género de livro que se lê com agrado da primeira à última página. Há no entanto que manifestar algumas reservas à forma escolhida pelo autor para revelar factos e testemunhos, muitos deles inéditos, sobre a acção de Salazar. Embora Fernando Dacosta tenha tido o cuidado de lhe chamar narrativa, o facto de o livro tratar de factos e personagens reais, leva o leitor a tomá-lo mais como um livro de história, do que uma simples recolha neutra e não necessariamente exaustiva de acontecimentos. O que exigiria maior rigor da parte do autor.

Afirmar que Almada Negreiros introduziu o futebol amador entre nós, não é historicamente muito relevante, pois só poderá atingir a memória dos irmãos Pinto Basto, que em 1888 o trouxeram para Portugal. Já um pouco mais grave é recordar a acção do aviso "Afonso de Albuquerque" na Índia como a única resistência oferecida, esquecendo o episódio do desigual combate da lancha "Vega" e do seu comandante Oliveira e Carmo contra os jactos da União Indiana. Outros exemplos poderiam ser dados, mas um último servirá como alerta do perigo que oferece para um público pouco informado este tipo de narrativa.

Trata-se da referência à tão propalada ideia que a Salazar se deveu Portugal não ter sido envolvido na II Guerra Mundial, se propositadamente esquecermos a longínqua invasão de Timor pelos japoneses. Ainda é uma das coroas de glória que os admiradores do ditador lhe atribuem e que seria muito mais justo atribuir à acção do General Franco do que à de Salazar. É indúbio que este nunca desejou participar no conflito, e que teria tentado influir sobre Franco nesse sentido. Só que o General não precisava desse conselho pois tinha razões ainda mais fortes para evitar um novo conflito armado. Saído de uma guerra cívil destruidora, precisava de tempo e tranquilidade para "arrumar a casa", incluindo a liquidação física de 200.000 opositores. Em 23 de Outubro de 1940, em Hendaia, Franco defendeu tão teimosamente as suas posições contra a vontade de Hitler, que este reconheceu mais tarde preferir arrancar três ou quatro dentes que discutir de novo com Franco. Neste episódio é pouco conhecida a intervenção do Almirante Canaris, chefe da Abwehr, que teria aconselhado Franco a pedir canhões de grande calibre para neutralizar Gibraltar, canhões esses que sabia não existirem nos arsenais alemães.

É pois com algumas reservas que aceitamos a forma híbrida como o autor trata de assuntos que merecem o máximo rigor histórico.

Falcão de Campos

CONVITES FEITOS À A25A

ASMIR / ANS / AOFA / ANCE
Colóquio "Direitos de Cidadania dos Militares - Restrições ou Proibições? (alteração ao Art.º 31.º da LDNFA)
- Os novos Desafios da profissionalização"

A COMISSÃO ORGANIZADORA DAS JORNADAS BENTO JESUS CARAÇA-1998
Sessão de Abertura
22-04-98

ALTA AUTORIDADE PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL
Colóquio "Acesso às fontes de Informação"
28-04-98

ASSOCIAÇÃO CULTURAL MOINHOS DA JUVENTUDE
Apresentação do livro " O Mediador"
29-05-98

ASSOCIAÇÃO DE DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS-ADFA
24.º Aniversário
14-05-98
Inauguração da exposição colectiva de pintura "Guerra e Paz"
04-06-98

CÂMARA MUNICIPAL DE GONDOMAR
Exposição de pintura "Inquietação de um Tempo" de Eduarda Castro
25-04-98

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA / PELOURO DA CULTURA
BIBLIOTECA MUSEU REPUBLICA E RESISTENCIA
Leitura dos excertos do "Livro dos Papas" de Carlos Mota de Oliveira
13-05-98
Apresentação da obra "Antologia dos Autores Portugueses sobre Frederico Garcia Lorca"
04-06-98
Inauguração da exposição "O Pecado não mora ao lado - O Estado Novo contra a sedução" de Maria João Martins
18-06-98

FORUM LISBOA
Colóquio "Maio 68 - Que rupturas na política, na cultura e nas mentalidades"
22-05-98

CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES
Espectáculo "José Afonso - A Utopia e a Música" por Vitorino e Janita Salomé
24-04-98

CÂMARA MUN. DO PORTO / COM. NAC. COM. ELEIÇOES 1958
Sessão solene e Mesa redonda "Eleições 1958"
14-05-98

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA
Sessão de abertura do SintrAnima98 - Forum Projectos do Concelho de Sintra
01-06-98

CENTRO INTERDISCIPLINAR DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA E SOCIEDADE DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
Lançamento do livro "Carbonários, Operação Salamandra - Ghioglossa lusianica Bocage, 1964" de Maria Estela Guedes e Nuno Marques Peiriço.
01-04-98

CIVITAS
Colóquio " A Declaração Universal - Liberdade Solidariedade e Modernidade"
06-05-98

CLUBE DOS SARGENTOS DA FORÇA AÉREA
Homenagem ao Sargento da Força Aérea
06-06-98

COMISSÃO ORGANIZADORA DA HOMENAGEM AO DR. ALEXANDRE CASTANHEIRA
Homenagem a Alexandre Castanheira
07-06-98

COMPANHIA DE TEATRO DE ALMADA
Estreia da peça "A cada um o seu problema" de Harold Pinter
26-27-28/03-98

COMISSÃO PROMOTORA DA HOMENAGEM CÂMARA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA
Homenagem aos Marinheiros Tarrafalistas
30-04-98

COMISSÃO PROMOTORA DAS COM. 25 ABRIL ZONA ORIENTAL DE LISBOA
Homenagem a José Afonso
09-05-98

CONSELHO ADM. DA CASA DA IMPRENSA-MONTEPIO GERAL
Grande Gala dos Prémios Bordalo de Imprensa 1997
21-04-98

COORDENADOR DA CGTP-IN / PRESID. DA C. M. DE LISBOA
Conferência " A Cultura Integral do Individuo, Hoje"
22-04-98

CORRER COM O RACISMO
Apres. Pública da Corrida da Tolerência-Correr com o Racismo
23-04-98

EDIÇÕES AFRONTAMENTO
Lançamento do livro " Macau, o Pequeníssimo Dragão" de Boaventura Sousa Santos e Conceição Gomes
14-05-98

EDITORA CAMPO DAS LETRAS/CASA DO ALENTEJO
Lançamento do livro "Azul e Branco e Ocre"
22-05-98

EDITORIAL NOTÍCIAS
Sessão de lançamento do livro "Bruxaria e Superstição Num País Sem Caça às Bruxas - 1600-1774" de José Pedro Paiva
26-03-98

FORUM LIBERO ANIMO
Colóquio "A Mulher e o 25 de Abril"
21/22/23-04-98

GALERIA DE ARTE CAPITEL
Inauguração da exposição de Lino Galvão
11-04-98
Exposição de pintura de Lourdes Paes
02-05-98
Exposição de Margarida Vigôço
23-05-98

GALERIA DE ARTE OPTICA CONDE REDONDO
Inauguração da exposição de pintura de Jorge Almeida e Cerâmica de Lucinda Almeida, "EU? TU? NÓS...!"
14-05-98

GALERIA QUADRADO AZUL
Inauguração da exposição de pintura de Sandra Quadros
18-04-98
Inauguração da exposição de José Pedro Croft
23-05-98

GOVERNADOR CIVIL DE BRAGA / BIBLIOTECA PÚBLICA DE BRAGA - UNIVERSIDADE DO MINHO
Lançamento do livro "Braga Cidade Proibida" de Iva Delgado
25-04-98

INSTITUTO DOS ARQUIVOS GERAIS / TORRE DO TOMBO
Entrega ao Estado Português de Documentação Relativa ao Gen. Humberto Delgado
12-05-98

INTERVENÇÃO DEMOCRÁTICA
Debate "Segurança Social - Gestão Solidária ou Mercantilista"
20-05-98

JUNTA DE FREGUESIA DA BAIXA DA BANHEIRA
VI Assembleia dos organismos Populares
13-14/06-98

LIGA DOS COMBATENTES
62.º Romagem Nacional ao Túmulo do Soldado Desconhecido
09-04-98

PINTOR H. MOURATO
Inauguração da exposição de pintura, escultura e desenho
31-03-98

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COIMRA
Comem. do 40.º Aniversário das Eleições Presidenciais de 1958
31-05-98

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Almoço por ocasião das Comemorações do dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas
Sessão solene de Boas Vindas a Sua Exa. o Pres. da República, assinalando o início das comemorações do dia de Portugal
9-06-98

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
Homen. a todos os militares do concelho, mortos na Guerra do Ultramar
10-06-98

PRESIDENTE DA REPÚBLICA E PRESID. DA C.M.L.
Espectáculo da Escola Portuguesa de Arte Equestre
09-06-98

SINDICATO NAC. DOS TRABALHADORES DA ADM. LOCAL
Tomada de posse dos Orgaós Sociais
3 1-03-98

TEATRO DA CORNUCÓPIA
Estreia do espect. "Quando passam 5 anos" de Frederico Garcia Lorca
14-05-98

TEATRO DE PORTALEGRE
Espectáculo "Vandeville - Duas comédias de Labiche"
28-05-98

VINHO DO PORTO

Através da Delegação do Norte, a A25A adquiriu algumas garrafas de VINHO DO PORTO, marca TAYLOR'S, engarrafado especialmente para o efeito, em embalagens com o símbolo da nossa associação, que podem ser adquiridas a preços claramente inferiores aos do mercado.

10 Anos - 2.500$00 (garrafa)
- 12.000$00 (caixa de 6)

20 Anos - 4.500$00 (garrafa)
- 25.000$00 (caixa de 6)

Embalagem própria em madeira - 750$00

Se estiver interessado, contacte rapidamente a A25A, pois o número de garrafas é limitado.

Aproveitando a visita do Sanches Osório, a direcção da A25A decidiu homenagear o vice presidente da Delegação da A25A em Toronto, Mário Lebre, com a oferta da medalha da Associação 25 de Abril.

OFERTAS FEITAS À A25A

• AZULEJO
Comemorativo do XXIV Aniv. 25 de Abril
Oferta da Junta de Freguesia da Venteira

• MEDALHAS
- Medalha da Freguesia de S. Domingos de Benfica
Oferta da Junta de Freguesia de S. Domingos de benfica

- Comemorativa do 25.º Aniversário do Clube Recreativo Barroquense
Oferta do Clube Recreativo Barroquense

• REVISTA DE PSICOLOGIA MILITAR
Oferta do Director do Centro de Psicologia Aplicada do Exército

• LIVRO
Ascensão, Apogeu e Queda do MFA (I, II Vol.) - 50 Volumes
Oferta do autor, sócio da A25A Diniz de Almeida

ASSOCIADOS FALECIDOS

JOSÉ DE PINTO FIGUEIREDO
Sócio efectivo n.º 252 (fundador)

ANTÓNIO CAIRES SILVA BRAGA
Sócio efectivo n.º 935 (fundador)

EURICO VAZ SANTOS
Sócio efectivo n.º 1150 (fundador)

FRANCISCO PEREIRA DE MOURA
Apoiante n.º 23

ALTINO SANTOS MONTEIRO
Apoiante n.º 36

OCTÁVIO GONÇALVES LOPES
Apoiante n.º 351

MANUEL BORGES DOS SANTOS
Apoiante n.º 555

RUI MENDES PAULA
Apoiante n.º 618

CARLOS GONÇALVES SANTOS DIOGO
Apoiante n.º 926

ANTÓNIO MACHADO RIBEIRO
Apoiante n.º 957

JOSÉ DIOGO GUERREIRO JÚNIOR
Apoiante n.º 1603

A todos os seus familiares, as nossas sinceras e profundas condolências.

VAMOS APRENDER BRIDGE! (40)

Propomo-nos abordar um tema que se rodeia de alguma delicadeza técnica e que origina, não poucas vezes, desencontros entre os parceiros na procura da melhor solução.

Referimo-nos às questões que se colocam quando "ouvimos" o nosso parceiro abrir em barragem, quer ao nível 3 quer ao nível 4.

RESPOSTAS ÀS ABERTURAS EM BARRAGEM

A evolução que o Bridge tem tido, particularmente nas duas últimas décadas, provocou uma muito maior agressividade nos leilões, com o objectivo de retirar espaço de marcação aos adversários (ADV) e de lhes dificultar a decisão sobre o melhor contrato para jogarem ou para os obrigar a leiloar a um nível de marcação que já não possam cumprir ou ainda na busca consciente duma defesa compensadora face á existência prevista de Partida, ou mesmo de Chelem, na linha contrária.

Aconteceu que, por força dessa agressividade cujo alvo são os ADV, algumas vezes o "tiro sai pela culatra" e atinge o nosso parceiro que, perante a nossa abertura em barragem, se apresenta com uma mão cheia de argumentos e de pontos.

Apanhado na "armadilha" criada pela abertura do seu próprio parceiro, o respondente poderá assumir uma de três atitudes possíveis, consoante o tipo de mão que detiver:

– Uma ATITUDE PASSIVA quando a "mão" não lhe permitir alterar a marcação do abridor, quer por falta de FORÇA quer por desfavorável DISTRIBUIÇÃO, restando-lhe esperar que os objectivos iniciais, que motivaram a abertura em barragem do parceiro, sejam atingidos;

– Uma ATITUDE CONSTRUTIVA que se poderá traduzir na procura do contrato mais adequado, como resultado do tipo de "mão" que o Abridor transmitiu possuir, conjugado com o jogo que o Respondente possui;

– Uma ATITUDE DESTRUTIVA que consistirá num prolongamento da BARRAGEM já desencadeada pelo Abridor, tentando criar ainda maiores dificuldades aos ADV na eventual descoberta do seu melhor contrato.

Analisada a questão em termos gerais, vamos agora debruçar-nos sobre cada um dos três tipos principais de Aberturas em Barragem:

– Aberturas em 3 ricos (♥ ou ♠)
– Aberturas em 3 pobres (♣ ou ♦)
– Aberturas em 4 ricos (♥ ou ♠)

1 - RESPOSTAS ÀS ABERTURAS EM 3♥ OU EM 3♠

1.1 - ATITUDE DESTRUTIVA

Após a abertura do nosso parceiro em 3♥/♠, se o teor da nossa mão indiciar que os ADV têm partida na linha contrária e desde que possuamos 3 ou mais trunfos, devem **de imediato** prolongar a barragem para o nível 4 ou mesmo para o nível 5 se tivermos 11 trunfos em linha.

Não nos devemos esquecer que o nível de segurança distribuicional nos é dado pelo número de trunfos (10 trunfos - nível 4; 11 trunfos - nível 5).

Tenhamos presente que o Abridor não prometeu qualquer vasa defensiva com a abertura, mas, tão somente, 6/7 vasas de jogo!

Vejamos um exemplo que materializa o que acabámos de definir:

N	E	S	W
3♠	–	?	

Que deverá fazer S com a mão:

♠ V 84
♥ 106
♦ R932
♣ A753

Deverá ANALISAR o que, face à abertura do parceiro e o jogo que possui, está a passar à mesa.

E face à ANÁLISE facilmente concluirá que:

– Os ADV deverão estar "carregados" de ♥;

– Se o parceiro não promete qualquer vasa defensiva então os ADV têm **de certeza** partida em ♥, visto que da sua mão só fará o A♣ e, eventualmente, o R♦.

– N/S tem 10 em linha, logo **poderá** com segurança relativa prolongar a barragem para o nível 4 (4♠) o que, de certo, irá complicar grandemente a voz de W.

E a decisão tomada não deverá ser muito onerosa, pois se o Abridor prometeu 6/7 vasas de jogo é muito provável que em 4♠ não se levem mais que 2 cabides, o que é uma aposta mais que razoável.

1.2 - ATITUDE CONSTRUTIVA

Face a uma abertura em 3♥/♠ poderá considerar a marcação de Partida (ou eventualmente de Chelem) desde que o teor da sua mão apresente as seguintes características:

– Apoio no naipe de abertura (é **bom** ter 3 cartas nesse naipe, **razoável** possuir 2 e **fraco** apenas 1 carta) ou possuir um naipe perfeitamente independente.

– Vasas rápidas (AR, ARD) nos naipes laterais, que permitem garantir ao cortador **cobrir**, **pelo menos** 4 das pertendes que o Abridor anunciou ter.

Se o Abridor **prometeu** 6/7 vasas de jogo se o Respondente lhe der 4/5 vasas rápidas **tem** que haver partida!

– As combinações DV, DV10, RV, RV10 (salvo em trunfo!) deverão ser desvalorizadas por não constituirem **vasas rápidas**.

Convém realçar que a análise das possibilidades da existência de Partida não deverá ser feita em termos de PH mas sim em termos de vasas, visto que a Abertura em Barragem tem características especiais, não devendo ser quantificada em PH mas sim em VASAS DE JOGO!

Vejamos dois exemplos de mãos que podem "aparecer" após uma abertura em 3♥:

A	B
♠ AD2	♠ AR2
♥ 109	♥ 109
♦ DV8	♦ AV853
♣ RDV42	♣ A74

Com a mão A o Respondente, apesar dos seus 15PH, **apenas** conta uma vasa rápida (o A♠), pode considerar **perdentes à "cabeça"** 2♦ e 1♣.

Seria pois preciso que o Abridor não perdesse qualquer vasa a♠ e/ou a♥ (trunfo) para que a Partida tivesse êxito.

Com a mão B (16PH) já o Respondente pode "contabilizar" à cabeça 4 vasas rápidas (A e R♠, A♦ e A♣), pelo que a marcação de 4♥ se impõe.

Convém realçar que, após uma abertura em 3♥/♠, a marcação de partida em 3ST deverá ser muito excepcionalmente considerada.

Atenção ao considerarem tal marcação, porque o naipe de abertura poderá não ser tão consistente em figuras como desejaria, o que poderá constituir um factor de insucesso.

A marcação de 3ST só deverá ser considerada após estas aberturas, quando:

– Houver um bom FIT, que garanta a realização das vasas correspondentes ao naipe de abertura;

– Tiver uma mão que garanta, só por ela, a realização das 9 vasas, fora do naipe de abertura.

Com a mão:

♠ R43 ♥ R102 ♦ A1095 ♣ DV8	Após uma abertura em 3♠ pode e deve marcar 3ST. "Vêem-se" 8 vasas (7 a ♥ + A♦). A saída poderá "dar" a nona. 3 ST é uma boa aposta de contrato, bem melhor que 4♠.

//

♠ AD ♥ 2 ♦ ARDV843 ♣ R105	Após uma abertura em 3♥ **pode** e **deve** marcar 3 ST. Pensar em voos mais altos (Chelem) será pura imaginação.

Até ao próximo número
Luís Galvão

(Continuação da pág. 1)

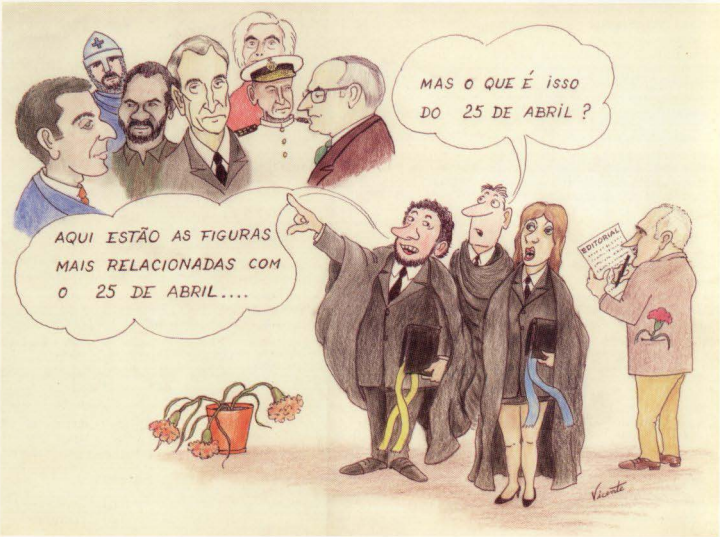
significado ou vulgarizam as manifestações, os convívios, a participação popular, tendendo a identificá-las com exibições serôdias, saudosistas, particularmente referenciadas, onde meia dúzia de anciãos saudosistas vão compensar as frustrações do alheamento a que foram votados.

São leituras obviamente distorcidas, raramente inocentes e pedagogicamente perniciosas.

Depois é a própria comunicação social que vem, publicamente, manifestar o seu espanto pela ignorância para a qual, consciente ou inconscientemente, contribuiu.

Feriu-me recentemente a atenção um extracto do semanário "Independente", de Julho de 1997, que selecciona respostas em provas de avaliação do ensino superior, bem reveladoras: "*A revolução de 1974 significou a queda de um regime militar dominado pelo almirante Américo Tomás e pelo marechal Marcelo Caetano, que governava o país depois de deposto o último rei de Portugal, Oliveira Salazar.*" Ou ainda: "*o 25 de Abril foi um golpe levado a cabo pelos militares, liderados por Salazar, contra Marcelo Caetano(...) a Guerra de África acabou quando Sá Carneiro, que entretanto saiu do poder, assinou a paz com os líderes negros moderados (...) o presidente da República Portuguesa, antes de 1974, era Samora Machel*". E melhor ainda: "*o que aconteceu no 25 de Abril foi o início do regime autoritário salazarista. Mas quem subiu ao poder foi o presidente do então PSD, Álvaro Cunhal, que viria a falecer em circunstâncias misteriosas no acidente de Camarate.*"

Para não dramatizar, aceitando o que relata o "Independente", digamos que, no nosso ensino superior, há alunos com um apuradíssimo sentido de humor. Mas não lhe ficam atrás certas reportagens que nos chegam sobre os jantares comemorativos promovidos pela A25A, sobre as comemorações populares que, a 25 de Abril, anualmente enchem a Avenida da Liberdade, ou a forma como são organizados alguns debates sobre os aspectos mais significativos da "revolução dos cravos". Ou ainda a promoção que se vai fazendo de figuras que representam o que de mais tenebroso significava o regime que o 25 de Abril derrubou.

A desinformação existe, de facto. Pela omissão e pela deturpação. Não é difícil perceber a quem interessa.

PEDRO PEZARAT CORREIA